

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

LIMA JUNIOR, Aurélio Viana da Cunha . Aurélio Viana (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 23min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO FORD e FUNDAÇÃO FORD. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Aurélio Viana
(depoimento, 2011)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

Levantamento de dados: Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira; Verônica R. Bevilacqua Otero Spicer;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

Técnico de gravação: Bernardo Borges Buarque de Hollanda; Bernardo de Paola Bortolotti Faria; Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 08/07/2011 a 14/07/2011

Duração: 3h 23min

Arquivo digital - áudio: 4; MiniDV: 4;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória de um Office na periferia: o Escritório da Fundação Ford no Brasil”, desenvolvido em convênio com a Fundação Ford, entre janeiro de 2011 e julho de 2012, com o objetivo de constituir um acervo de depoimentos histórico-documental sobre os 50 anos da atuação da Fundação Ford no Brasil e a posterior disponibilização dos depoimentos gravados na internet.

Temas: Abertura política; Amazônia; Anos 1960; Atividade profissional; Aurélio Viana; Brasília; Cartografia; Casamento; Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; Conferência Rio 92; Congressos e conferências; Cooperação internacional; Documentos audiovisuais; Engenharia; Ensino superior; Fundação Ford; Índios; Meio ambiente; Movimento estudantil; Movimentos políticos; Organização social; Organizações não governamentais; Pesquisa científica e tecnológica; Políticas públicas; Pós-graduação; Produção intelectual; Questão agrária; Religião; Rio de Janeiro (cidade); Terras indígenas; Trajetória política; Universidade de Brasília; Universidade Federal do Rio de Janeiro;

Sumário

1ª Entrevista: 08/07/2011: Nascimento no Rio de Janeiro e ida para Brasília na década de 60; a graduação em Engenharia Mecânica na Universidade de Brasília e o primeiro contato com o movimento estudantil; a volta para o Rio de Janeiro para terminar a graduação e o envolvimento com o movimento estudantil; a ida para o curso de sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS); a pós graduação, a trajetória no movimento político estudantil e a trajetória profissional; o envolvimento com o movimento religioso presbiteriano; o trabalho no Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI); a dissolução negociada do CEDI e o surgimento de 4 novas ONGs; os primeiros contatos com cooperação internacional; debates sobre questões nacionais, internacionais e ambientais após a Rio 92; o envolvimento com questões de terra, o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais e o movimento dos atingidos por barragens; o convite para a posição de coordenador do Programa de Políticas Públicas do Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais; o processo de organização de seu livro *Estratégia dos Bancos Multilaterais do Brasil*; o envolvimento com a Rede Brasil e com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc); o trabalho junto ao Programa Piloto de Proteção à Florestas Tropicais (PPG7); as classificações da Cooperação Internacional; a figura de Rubem César Fernandes dentro do movimento ecumênico; a atuação no Ministério do Meio Ambiente; o casamento com a diretora de cinema Betse de Paula e a produção de dois longa metragens; a relação com a universidade; análise da abertura do Estado brasileiro para a cooperação internacional, multilateral, bilateral em torno do meio ambiente; Mary Allegratti, PPG7, a pré constituição de 88 e os territórios indígenas na Amazônia; o trabalho como consultor no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a abertura de uma vaga para a Fundação Ford em 2003; o foco da Fundação Ford em relação ao meio ambiente e a proposta de José Gabriel López; o princípio organizacional da Fundação atualmente.

2ª entrevista: 14.07.2011: O processo de seleção na Fundação Ford; a Revolução Verde e o relatório de Shepard Forman; o papel e a importância dos consultores na Fundação; o processo de aproximação da questão indígena e das terras amazônicas; o diferencial proporcionado pela Fundação Ford frente a outras agências; o programa piloto de proteção às florestas e a atuação do governo brasileiro em relação às cooperações internacionais;

aspectos da filantropia nacional dentro e fora do Brasil; a questão dos fundos fiduciários; o conselho de Elizabeth Leeds; a história da cartografia, a questão de demarcação de terras e mapeamento social; o papel das pesquisas universitárias sobre a Amazônia; a importância das ONGs; projetos de sucesso apoiados pela Fundação.

1ª entrevista: 08/07/2011

L.O. – Aurélio, a gente começa, normalmente, pedindo a pessoa para dar alguns dados pessoais: Onde e quando nasceu, dados de família, contexto da sua família... Se você pudesse falar um pouco sobre isso.

A.V. – Bem, nasci aqui no Rio de Janeiro, no final de 1957. Fiquei aqui no Rio até o início de 1960 quando minha família foi para Brasília. O meu pai na época era parlamentar, então ele saiu do Rio de Janeiro e foi para Brasília em maio de 1960. Aí, nós - a família toda - fomos em maio de 1960 para Brasília. Eu vivi em Brasília de 1960 a 1977, eu acho. Eu sou péssimo em datas, mas basicamente isso, em torno disso. Eu entrei na Universidade de Brasília em 1976, eu entrei em Engenharia Mecânica em 1976. Isso! Em 1977 teve uma grande greve e uma ocupação pela polícia da Universidade de Brasília. Um movimento muito forte estudantil e tal, aí eu tive um primeiro contato com o movimento estudantil naquele momento. Vários colegas foram expulsos e etc, eu não, vamos dizer assim, eu era a periferia do movimento, envolvido, mas como periferia mesmo. Mas ficou um clima péssimo e naquele momento então eu aproveitei aquele contexto e convenci aos meus pais para vir para o Rio, a ir morar no Rio continuar Engenharia. Também naquela época era sonho realizado, era o acordo Brasil e Alemanha. Então aquela história de uma nova Engenharia pensando em... Então eu convenci-os que seria interessante eu vir para o Rio continuar o curso de Engenharia só que concentração na mecânica mole – tem a mecânica dura e aquele negócio – para tratar de assuntos relacionados à energia nuclear. Aí vim para PUC em 1977. Aí, vamos dizer assim, estávamos no auge do movimento estudantil, aí eu me envolvi mais seriamente com o movimento estudantil e em um determinado momento eu achei que Sociologia tinha mais a ver com socialismo, com essas coisas e que Engenharia não tinha nada... Qual o papel do engenheiro na revolução? Não tinha nada a ver e etc. Aí eu deixo Engenharia. Na verdade eu nem deixei Engenharia, eu continuei fazendo Engenharia, mas ingressei em História, mas dentro de História eu mudei para Sociologia.

L.O. – E onde?

A.V. – Tudo isso PUC. Isso aí foi super interessante. Eu vim da Universidade de Brasília para a PUC porque era onde tinha essa concentração de Engenharia Nuclear. Engenharia Nuclear era na PUC. Então acabei que eu fiquei fazendo mais ou menos as duas coisas, pouco Engenharia sim e mais Ciências Sociais. A professora Mirian na época era diretora do departamento e tal, aí eu virei um super aluno da Mirian, lia tudo, muito envolvido com essas coisas, muito envolvido com movimento estudantil. Aí teve outra crise lá, não sei se você lembra, teve uma crise no departamento de Sociologia, a Mirian foi mandada embora, vários professores foram mandados embora. Isso o que foi? Em 1978 talvez? Alguma coisa por aí. Eu sei que os professores foram mandados embora. Aí naquela época já estava bem envolvido com movimento estudantil, *muito* envolvido, tinha entrado em chapas para DCE e etc, e um grupo de alunos então saem com os professores e nós fomos aceitos no IFCS. Eu acabei que continuei Sociologia e conclui lá, no IFCS. Mas fiz muito rapidamente porque eu trazia muitos créditos da Engenharia, então...

L.O. – Mas me dia uma coisa, antes disso, aí dos dados familiares. Você vê a presença, a questão... Porque eu sei os dados familiares de seu pai. Se teve importância, sendo ele um parlamentar sim do Partido Socialista Brasileiro, toda a questão nacionalista...?

A.V. – Sinceramente, eu acho o seguinte. Isso aí é algo que hoje eu até tenho uma reflexão um pouquinho mais aprofundada. O que eu acho, uma; é que o meu pai fazia uma distinção muito grande entre a vida pública dele e a privada. Então em casa ele nunca incentivou a nenhum filho ou filha a se envolver com política e etc. Não, de jeito nenhum. Ele achava muito mais que os filhos deviam ser engenheiros, ele conseguiu que um fosse - o meu irmão. E ele incentivava muito isso, porque também ele foi professor de matemática, então ele gostava muito de matemática e eu também gosto muito de matemática. E ele achava que as Ciências Exatas e essas profissões mais relacionadas a isso eram profissões mais interessantes para um mundo em transição. Qualquer regime político vai necessitar de engenheiros ou não sei o que. Dito isso daí, eu acho que o que, vamos dizer assim, me tocou mais da relação com ele em termos de uma visão política ou algo assim seria algo mais relacionado a uma visão religiosa e humanista da coisa pública ou da política. Então a política entrava muito via religião, por incrível que pareça. Era mais esse o caminho dele; isso de pensar no próximo, pensar nos pobres, pensar na desigualdade e etc, muito mais por aí. Então esse daí uma marca muito forte.

E junto com isso aí, vamos dizer assim, aí sim, este era um assunto que se tratava em casa: as ideias e tudo relacionado a uma posição mais nacionalista, ou nacionalismo de defesa do Brasil – defesa dos interesses nacionais e etc. Então esse era um assunto e acho que sem dúvida, nesse aspecto, foi importante etc. Agora, com meu envolvimento maior com o movimento estudantil, vamos dizer assim, eu passei os anos que eu poderia ter tido um contato maior com ele e um diálogo maior com ele em conflito com ele. Então, quando eu voltei a ter uma relação com ele melhor, em outro momento da minha vida, aí ele teve dois AVC's ou três aí perdeu a memória e eu perdi um pouquinho chance até de ter... Agora, eu acho que sim nesse aspecto mais...

L.O. – Mas aí voltando, sua saída da PUC e migração, vamos dizer assim, para o IFCS.

A.V. – Mirian Limoeiro na PUC, super envolvido e aí vou para o IFCS. Bem, no IFCS eu passei acho que dois anos lá, fiz prova aqui e aí que fui estagiário. Eu entrei no estágio aqui quando eu estava fazendo... Não, eu já tinha deixado a PUC, eu estava no IFCS. Lá foi muito engraçado porque eu fiz Sociologia... Isso aí era outra coisa, Sociologia, Antropologia, Ciência Política sinceramente, para mim, era tudo mais ou menos a mesma coisa. Então eu fiz uma matéria, eu fiz um curso, eu me envolvi mais com um assunto ou outro, mas sem estar tão envolvido assim ou tão relacionado assim. Mas por uma série de fatores e tudo eu me aproximei muito de um grupo de antropólogos já no IFCS, apesar de estar aqui no CPDOC como estagiário e estar concluindo lá o curso como curso de Sociologia, lá era Ciências Sociais barra alguma coisa e eu virei Ciências Sociais barra Sociologia. Aí depois eu entrei no Museu Nacional, não é?

L.O. – Sei. E aí foi por essa relação, quer dizer, com os professores ali do IFCS que você se...

A.V. – Exatamente, com os professores. Eu até digo isso, a Beatriz Heredia foi a pessoa que me fez pensar em Antropologia como algo sério e algo sério para mim naquela época era algo relacionado com ação política, com política, com transformação social. Porque eu achava que os antropólogos tinham nada a ver com nada disso, mas eu fiz um curso com a Beatriz sobre campesinato, aí nessa história de campesinato, de movimento sociais no campo, de Reforma Agrária, aí a minha entrada na Antropologia foi esse caminho. Aí depois a Lygia, o Moacir e tal, tal.

L.O. – Isso que eu perguntar, quem tinham sido seus orientadores?

A.V. – Foi a Lygia o tempo inteiro, mestrado e doutorado.

L.O. – Que tinha trabalhos sobre barragens...

A.V. – Tudo isso junto com Lygia.

L.O. – Me diz uma coisa, no seu tempo no Museu... De alguma forma foi formado uma geração ali, não é?

A.V. – Foi, foi uma geração por duas coisas, que dizer, até na geração e falar de geração para esse grupo mais relacionado ao Moacir e Lygia que acho que é muito apropriado porque ambos desenvolviam uma série de atividades em grupo, existia um projeto ou vários projetos que os alunos ficavam envolvidos. Eu trabalhei com Lygia nas pesquisas dela talvez uns seis ou sete anos e não só eu, vários outros alunos de mestrado e doutorado. Era uma pesquisa junto à COPPE sobre efeitos sociais de grandes empreendimentos hidrelétricos. Então era isso, a gente entrava com a parte de campesinato, impacto, movimentos sociais – que era um nome que a Lygia não gostava – mas coisas assim. Então eu acho que eu me envolvi muito com isso. E em algo também que em certo momento eu fiquei muito atraído também que é um pouco isso de Antropologia da Política, de pensar a política com olhar mais antropológico, alguma coisa assim. Eu acho que o período que eu estive aqui eu também aprendi muito e fiquei muito envolvido muito com esses debates que se tinha aqui. Apesar de estar na documentação, a gente ficava pensando também questões de documentação em relação às questões que a gente tratava lá na Antropologia. Eu me lembro de um artigo que a gente publicou, quem foram os autores? Foi uma obra super coletiva: Maurício e o Paulão, eu acho. Acho que fomos nós três. Hoje lendo eu acho até engraçado, que é pegando algumas formas de classificação primitiva e olhar para arquivos privados, vamos dizer assim, era alguma tentativa por aí. Mas tinha espaço aqui também para se refletir sobre essas coisas. Mas não foi essa a pergunta que você fez. Mas o que eu acho é o seguinte, tudo isso que eu estou falando meio junto é porque também na minha vida eu sempre gostei de desenvolver várias atividades mais ou menos ao mesmo tempo e não ficar só olhando para uma coisa ou para um tema de um determinado modo. Eu acho que tem

algumas continuidades, algumas permanências, mas também há isso de está envolvido em muitas coisas e tudo.

L.O. – Então, de alguma forma, você estava lá no mestrado e no doutorado no Museu e nesse grupo certamente, nessa geração que Lygia e Moacir formaram que é interessante porque exatamente são os professores de Antropologia, sociólogos – menos específico, tem aquele antropólogo *stricto sensu* - tem a Ciências Sociais de um modo geral.

A.V. – Ciências Sociais. Se você pegar a bibliografia que nós liamos [INAUDÍVEL] você pode...

L.O. – E do outro lado o Moacir também tem uma presença que já começa não só estudos, mas participação de assessoria política, grupos de sindicatos.

A.V. – E aí era uma coisa que era curiosa, porque o Moacir e Lygia, ambos nos mobilizavam ao longo desse período todo, por exemplo, com as lutas da Contag da Fetape em Pernambuco. Então nós íamos, nós participávamos da assessoria aos movimentos e etc., que para mim era super curioso, porque, vamos dizer assim, o grupo político deles era um grupo que não era exatamente o meu seja no movimento estudantil ou depois do movimento estudantil. Mas eu desenvolvi aquela atividade achando aquilo super legal, bem interessante.

L.O. – E qual era o seu? [risos]

A.V. – No movimento estudantil eu estava muito relacionado inicialmente com o grupo que ficou conhecido por Libelu, Liberdade e Luta, em 1977, 1978 e 1979 teve uma importância interessante. Quando da fundação do PT, aí eu entrei logo no iníciozinho da fundação do PT. Aí uma parte desse grupo se dissolveu dentro do PT, eu passei por alguns outros grupos. Mas aí eu achei que aquela ideia também de se dissolver dentro do PT era uma coisa bem interessante e fiquei no PT uns dois ou três anos, aí depois eu deixei.

L.O. – Está certo, porque você tinha dito: “diferente do meu”, mas não tinha dito qual era... [riso]

A.V. – Diferente do meu, porque naquela época tinha uma divisão muito grande principalmente em relação ao campo. Então o grupo da Contag - Moacir, Francisco, José Francisco e tudo - este grupo de Contag e um grupo que pensava um sindicalismo novo que depois virou o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT que depois eu vim a ser assessor, mas isso já em um outro momento.

L.O. – Está certo, se você se lembrar de mais alguma coisa a gente volta a isso. Também vi que você trabalhou, isso eu estou pegando porque a gente levantou dados, na Rede Brasil de Instituições de Financiamentos Multilaterais. Isso você já tinha acabado o seu doutorado e estava...?

A.V. – Eu acabei lá. Em uma cronologia, mais ou menos, a minha vida mais profissional em termos... Na vida acadêmica, as coisas mais ou menos ocorreram o seguinte: engenharia, depois Ciências Sociais na PUC, Ciências Sociais do IFCS, logo depois, 1982 ou 1983, eu entro no Museu e desenvolvi o curso orientando pela Lygia talvez em cinco anos alguma coisa assim. Depois eu entro direto no doutorado também e nas pesquisas junto com a Lygia, isso é bem interessante, até com o falecimento dela me fez pensar sobre isso porque me pediram para escrever alguma coisa sobre a minha relação com ela. Então eu tinha que voltar e olhar para isso, que é muito engraçado, a Lygia tinha grupos de pesquisa? Tinha. E eu era parte dos grupos de pesquisa dela? Sim, mas eu nunca fui do grupo que produzia exatamente as coisas que ela queria naquele momento. Então, foi muito curioso. Então, quando a Lygia estava, no momento inicial, com uma concentração grande em relação às barragens eu estava fazendo e eu fiz uma dissertação que era em relação a uma ocupação de terras relacionando relações de parentesco e ocupação de terra. Então quando o grupo todo estava trabalhando com barragens eu estava com isso aqui. Depois a Lygia vai recuperar isso dez ou quinze anos depois, em uma outra pesquisa dela e etc. Então eu fazia parte do grupo, mas não exatamente. Já naquele momento eu comecei a ter relações com ONGs. No doutorado, enfim, vou fazer parte do grupo da Lygia *mesmo*, com a pesquisa que ela está desenvolvendo sobre barragens. Aí também não faço exatamente o que a gente tinha combinado e a Lygia sempre foi maravilhosa em aceitar isso. Então acabou que foi uma tese sobre, vamos dizer assim, etnia e parentesco etc, e ligação política a partir do movimento de atingidos por barragens, mas não é sobre barragens absolutamente, é *a partir de*. Depois do meu período aqui, falo aqui porque é aqui mesmo, só

que em outro andar, eu sai do CPDOC no início de 87 e fui para o estado do Paraná para ser coordenador de assentamentos rurais no Paraná, então fui um ano. Foi minha primeira experiência de governo, não é? Como eu fui para o Paraná? A minha tese sobre invasão de terras era no Paraná, no sudoeste do Paraná. A partir de uma série de contatos surge a oportunidade para assumir essa função no Paraná. Um governo cheio de complicações e tudo isso, e eu topei. Passei um ano e adorei a experiência de governo, porque eu tinha um orçamento eu estava fazendo as coisas que eu acreditava que deviam ser feitas em uma situação que era complicadíssima, mas muito a partir do conhecimento da tese eu consegui pensar alguma coisa. É óbvio que eu acho hoje, com um voluntarismo muito grande e até um certo autoritarismo no sentido de eu achava que sabia tudo que devia ser feito, quando evidentemente não é exatamente isso. Então teve um período lá de um ano, depois desse ano, aí eu volto para o Rio e eu sou convidado pela Neide Esterci, também professora do IFCS, para fazer parte do Cedi – que era o Centro Ecumênico de Documentação e Informação – que hoje seria uma ONG, na época não se utilizava essa terminologia. E aí eu comecei a trabalhar lá e fiquei trabalhando lá por uns seis anos eu acho, por aí, no Centro Ecumênico de Documentação e Informação na área de campesinato, tinha um Programa de campesinato. A partir do Cedi, então, eu virei assessor – que era o termo utilizado - de dois movimentos, um do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT que era exatamente o grupo de sindicalistas que estavam em oposição à direção da Contag e criando uma outra estrutura ou competindo com a Contag, então tinha Avelino Ganzer etc, tinha essa turma toda. Então eu passei um bom tempo prestando uma assessoria bem direta a eles. E a outra era em relação ao, naquele momento, insipiente movimento de atingidos por barragens que estavam se constituindo naquele momento. Aí também eu tive uma participação grande junto com eles. Então essas duas coisas, vamos dizer, essas duas atividades que eu fiquei desenvolvendo e junto com isso, abrindo uma nova área no próprio Cedi que era a área de meio ambiente relacionado a essas questões de terra. Fiquei fazendo isso durante, sei lá, seis anos, sete anos ou alguma coisa assim e muito feliz, até 1993, e continuando essa relação com o Museu Nacional.

L.O. – Ali você junta documentação, área de meio ambiente, atividade política... [riso]

A.V. – Eu me sentia em casa. E, além disso, ainda tinha um grupo que era de religião, que era um movimento ecumênico. Então o Geter e outros grupos que o que é? Eram exatamente

grupos de protestantes que se envolveram muito nas lutas contra a ditadura etc, e que o Cedi foi super importante na relação desses grupos todos com o conselho mundial de Igrejas. Então mesmo essa coisa também de recuperar um pouco essa história de um protestantismo engajado etc, isso também foi... Sim, lá no início a gente falou sobre religião, eu falei da História da Religião, religião entendendo ali como protestantismo histórico. Então isso para mim sempre foi uma marca muito forte também porque eu fui criado em uma família protestante histórica de minoria, naquela época, de minoria mesmo. E muito assim, protestantismo parecia Weber, você lendo aquela coisa do racional é uma coisa que é racional, é uma coisa que é isso... E minoria. Então eu nunca me incomodei, isso eu acho que tem a ver com a criação do meu pai, em ser uma minoria. Isso absolutamente.

L.O. – E a formação era o que, Presbiteriana...?

A.V. – Presbiteriana pela minha mãe, Batista pelo meu pai. O meu ato, vamos dizer assim, a primeira vez que eu comprei uma briga séria com meu pai foi quando eu disse a ele que eu não ia me batizar na Igreja Batista, mas na Presbiteriana. Aí isso eu não sei se eu tinha quinze anos, quatorze, não me lembro agora. Porque isso foi um conflito, porque ele veio pra mim: “escuta aqui, o que você sabe de Calvinismo para querer se batizar como ato voluntário?” Aí eu tive uma discussão com ele, eu não sabia nada de Calvinismo, mas eu gostava muito daquela Igreja, aí ele veio: “você sabe a origem dos batistas, dos anabatistas? Sabe quando o Lutero atacava aquele campesinato, você se lembra disso? Os batistas estavam do lado dos camponeses, o Lutero contra com o Calvino...? Então era isso.

L.O. – Tinha que fazer toda a explicação histórica dentro do campesinato na Europa, para poder... [riso]

A.V. – E eu não tinha a menor... Mas no meu ato de revolta você vê que revoltado *nice* eu era. Aí eu me batizei. [riso]

L.O. – Marcou, não é? Isso é interessante, quer dizer então, você estava tão... Isso funcionava dentro do Cedi ou era uma coisa...?

A.V. – Do movimento ecumênico?

L.O. – É.

A.V. – Dentro do Cedi. O Cedi era dividido em áreas, não é? Então tinha uma área que era de campesinato e política, Movimento Camponês/Igreja era o nome do programa. O meu vínculo era com essa área. Tinha uma outra área que eu não me lembro exatamente o nome, mas devia ser movimento ecumênico, só que o movimento ecumênico no Brasil e no mundo é efetivamente movimentos protestantes que querem ser ecumênicos, e com uma vinculação grande com cooperação internacional de Igrejas. Lysâneas era muito desse grupo então toda essa história. Isso daí serve para recuperar...

L.O. – E Jaime Maciel. [INAUDÍVEL] a geração mais nova não sabe os nomes.

A.V. – E Jaime Maciel. Então, isso foi interessante para mim como pessoa, eu, super afastado. Então eu saio desse protestantismo e me batizo nos presbiterianos, me envolvo, começo meu envolvimento com movimento estudantil na Universidade de Brasília, venho para o Rio e aí, obviamente, deixo essa história de religião de protestantismo, assumo uma outra religiosidade com a Liberdade e Luta, mas bem ortodoxo também. Aí no Cedi, vamos dizer assim, que eu volto a olhar um pouco para o meu pai, como uma coisa: “opa, espera aí. Esses caras aqui estavam fazendo alguma coisa interessante, qual a conexão ou não de revisitar, de ter conversas sobre ele, não é? Conversa que eu não tive *com* ele.” Então, com esse grupo que era um grupo próximo a ele em um determinado momento. Então tinha esse grupo daí. Um outro grupo, dentro do Cedi que era bastante importante também, que era o Programa Povos Indígenas e um último grupo que era o grupo Movimento Operário. Então o Cedi era mais ou menos organizado, naquele momento antes da redemocratização e durante, a partir dos movimentos sociais ou sujeitos políticos se quiser. E em cada um desses grupos tinham pessoas chaves, isso era bem interessante, por exemplo: o coordenador desse grupo de Movimento Operário era o Aloísio atual ministro de Ciência e Tecnologia. Então foi uma pessoa muito importante para construir a própria CUT, não é? Então esse grupo de São Paulo muito forte que trabalhava com movimento operário. Nesse grupo Povos Indígenas e etc., também um grupo bastante importante, o Beto e outros que hoje se tornaram uma outra instituição que é o ISA – Instituto

Sócioambiental – uma super ONG. Ah sim! Na parte de Educação, tinha um grupo de Educação também, dois não eram por sujeitos políticos, vamos dizer assim: era o de Educação e o do Movimento Ecumênico, mas aí era movimento ecumênico, pode ser considerado. No de Educação era o Sérgio Haddad, que é um cara super importante nessa área de Educação e tal. Então, era um pouco esse o desenho. E em 1993 este grupo, o Cedi, ele resolve acabar. Ele passa por um processo de dissolução negociada e a partir do Cedi aí surgem quatro ONGs. Aquela época eu estava na coordenação do Cedi. Então eu tinha saído desse grupinho de campesinato e tudo isso.

L.O. – Você coordenou esse grupo de campesinato ou não? Quem era?

A.V. – Não, não. Eu não coordenei. Foi Neide um período, acho que eu não participei. Eu era membro do grupo, aí fui eleito ou indicado – não me lembro agora – para coordenação geral do Cedi. Então eu fiquei junto com outros quatro como membro da coordenação. Isso em 91 ou 92. E naquele momento a gente criou um programa novo que era o de meio ambiente. Então eu fiquei como membro do grupo de campesinato e do grupo de meio ambiente. As outras pessoas desse grupo de campesinato, todo grupo era muito interessante. Só que eu era contra a dissolução do Cedi, eu era a favor da manutenção do Cedi. Eu fui minoritário, perdi e o Cedi foi dissolvido. Mas eu também não tinha força política interna considerável e tal. Mas aí eu já não achei interessante, vamos dizer assim, os sucessores do Cedi não me atraíram tanto assim.

L.O. – Que é o ISA, Instituto Sócioambiental, não é?

A.V. – Quatro. Teve o ISA, Instituto Sócioambiental; a Ação Educativa que continua sendo uma super ONG e o Sérgio Haddad – que é o diretor – foi um dos três, vamos dizer assim, que construiu o Fórum Social Mundial, uma super intervenção internacional. O movimento ecumênico constituiu uma ONG que é Koinonia aqui no Rio, então esse pessoal que vem do movimento ecumênico. O camponês e operário, basicamente, tentaram criar alguma coisa, mas não se conseguiu e acabaram que se dissolveram um pouco ou se associaram a esses outros três. Então foi basicamente isso.

L.O. – Você sabe esses depoimentos são fundamentais porque essa história, vamos dizer assim, foi vivida por você, por sua geração e tudo ainda não está mapeada corretamente. Quando eu leio alguma coisa eu falo: “onde é que apareceu...?” Isso é interessante porque, de alguma forma, eu tinha uma pergunta sobre isso que estava cá na frente, mas você já respondeu. Então é muito importante esse seu depoimento, e depois a gente vai levantar os nomes e sobrenomes porque têm figuras que você se refere com absoluta intimidade. Eu até sei quem são, mas as pessoas mais novinhas não têm nem ideia de quem sejam. Depois a gente vai continuar essa trajetória. Então eu achei muito estranho, vamos dizer, Rede Brasil de Financiamento Multilaterais depois tem organizador de dois níveis, “A Estratégia dos Bancos Multilaterais para o Brasil” e “Banco Mundial, Participação, Transparência e Responsabilização”. Eu olhei e não entendi nada, então isso aqui, pode fazer...

A.V. – Posso tentar dar uma racionalidade a minha atuação, a minha vida. Posso tentar fazer...
[riso]

L.O. – [riso] Ou senão: estava assim aqui fazendo isso e aí apareceu...

A.V. – Não, não, eu acho até que tem... É muito curioso. Bem, você provocou com a primeira perguntar e aí eu chego na Fundação Ford depois. Só para recuperar lá do iníciozinho da minha vida, uma primeira coisa... Eu acho que sou nacionalista, mesmo quando eu estive envolvido em organizações internacionalistas, eu sempre considerei que essa história de Estado Nacional para um país como o Brasil é importante sim. Com essa visão e envolvido com isso, desde o iníciozinho ali, seja no Museu Nacional seja fora do Museu Nacional no Cedi e etc., eu comecei a operar com a cooperação internacional. Então o projeto que eu estava envolvido no Museu em algum momento teve o apoio da Fundação Ford. Ou o projeto do Cedi era apoiado pela ICCO que é a Cooperação de Igrejas Holandesas, pelo Conselho Mundial de Igrejas etc., etc. Então eu comecei a ter contato com esse tipo de coisa e comecei a pensar sobre esse tipo de coisa, porque eu sempre procurei pensar: onde estou e o que é isso. Então isso sempre virou um assunto. Cruzado com a militância política e com a leitura desse internacionalismo, eu sempre ficava pensando sobre isso. Quando ocorre a Rio 92 a gente retoma um grande debate sobre questões nacionais e internacionais. E aí o que eu acho interessante é mais ou menos seguinte, porque até aquele momento, para mim e para um conjunto bem razoável de militantes,

existia uma nova entrada da questão internacional, e que as Igrejas foram super importantes, que é som esse caminho de pensar questões dos direitos humanos como algo que tem uma agenda própria e mais ou menos autônoma, mas relacionadas às questões nacionais. Com isso você cria um argumento, uma justificativa política de intervenção, atuação política etc. Com a Rio 92 fica claro que uma outra agenda, vamos dizer assim, do mesmo tipo, entre aspas, fica colocada, que é exatamente a agenda ambiental. Então você cria um outro argumento também que é ancorado em convenções internacionais. Mas isso é o que menos me interessava, o que me interessava mais é você cria um argumento político para se pensar uma intervenção política global com um espaço próprio. Durante a Eco 92, a Rio 92 eu tive muito envolvido com isso também e com esses debates e com essa história de pensar esses diferente âmbitos, não é? E desde aquele momento e na Eco. Então duas coisas me preocupavam muito, uma coisa que era uma relação dos movimentos de luta por terra com essa nova agenda. Essa nova agenda seria essa Agenda Internacional Ambiental ou Ecológica mais que a de direitos humanos, porque a de direitos humanos, vamos dizer assim, a questão que eu tinha acompanhado mais era em relação ao período um pouquinho anterior, a ditadura. Então como agenda importante que merecia uma reflexão e tal. Naquele momento isso é que estava colocado. Isso estava colocado, a gente tem que recuperar também, muito a partir da intervenção do Chico Mendes. Então que você tinha uma, que para mim, era uma luta por terra que passa a fazer parte de uma agenda de meio ambiente e não de direitos humanos. Essa que foi a mudança... Que é aquilo ali, no final dos anos 80 início dos 90. E de um olhar que para mim, naquele momento, falava assim: “não, espera aí. Isso é uma coisa interessante.” Vamos lá, voltando, eu muito envolvido com questões de terras seja na universidade, no Museu, seja por ter vindo de uma experiência no Paraná ou por estar envolvido com o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais ou com o movimento dos atingidos por barragens.

L.O. – Você estava no Cedi e com essas...?

A.V. – Eu estava no Cedi para trabalhar no DNTR e no movimento dos atingidos por barragens, seja produzindo textos seja... Era no Cedi para fazer isso. Estava muito conectado com isso. Então, o que ocorre? Eu começo a pensar, mais uma vez, sobre questões internacionais muito olhando esse novo quadro internacional que tinha a ver com uma argumentação política criada a partir da questão ambiental e que tratava das coisas que eu estava lidando ali no cotidiano

com os trabalhadores rurais, com o camponeses, com os atingidos por barragens ou outros, não é? Tudo bem. A partir disso, eu começo a ter mais atenção a isso e a considerar que era muito importante que se pensasse o lugar do nacional dentro desse quadro. E isso daí tanto em termos de ação política como em termos das organizações desses diferentes grupos. Eu me envolvi um bocado nisso daí. Quando o Cedi acaba eu sou convidado, no iniciozinho de 1994, para assumir a posição de coordenador do Programa de Políticas Públicas do Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais que havia sido criado pela Mary Allegretti e naquela época o presidente era o Gustavo – que é antropólogo da UNB. Gustavo que vinha de uma experiência acadêmica forte, mas que também estava pensando essas questões ambientais. Bem, enfim, eles me convidam para ser diretor disso em Brasília. Pronto, aí eu volto para Brasília para dirigir esse Programa de Políticas Públicas em uma ONG que estava atuando com um peso muito grande, que tinha tido uma relação histórica, as pessoas todas, com o Chico Mendes, com a constituição desse novo quadro de intervenção política que pensava essa história internacional e nacional. E aí eu vou e fico super envolvido, mas fico apenas um ano lá no projeto apoiado pela Fundação Ford. Essa era a época da criação das reservas extrativistas, do desenho das reservas extrativistas, de como relacionar questões agrárias com questões ambientais, reforma agrária de novo tipo para a Amazônia, toda essa questão das territorialidades de camponeses ou de grupos sociais com os movimentos - isso era algo que no Museu eu me preocupava muito, aí isso eu adorei estar envolvido. Passo um ano lá só que aí também o financiamento acaba. Tem uma crise nesse apoio que a Fundação Ford deu ao Instituto de Estudos Amazônicos. O Instituto entra em crise e basicamente o Instituto acaba em um ano e pouco. E eu saio no final do ano e eu sou convidado para dirigir o que estava sendo criado naquele momento que é essa rede. Porque me chamam para essa história aí? [riso] Porque estive envolvido em muitas coisas que tinham financiamento do BID ou do [INAUDÍVEL] – do Banco Mundial ou do Interamericano. Então eu entrei mais e eu fui considerado mais como uma pessoa que estava relacionada aos movimentos sim, isso daí um lado. E o outro lado, como uma pessoa que estava também e que tinha pensando algum conhecimento sobre os impactos sociais e ambientais de projetos financiados por essa instituição do Brasil. Então esse que foi o caminho.

L.O. – Está certo. Consegui inseri seus livros lá... Você organizou dois livros...Como?

A.V. – Agora, só para pegar. Tem um caso aí – para recuperar algo do passado também que foi muito interessante – que é o seguinte: esse livro *Estratégia dos Bancos Multilaterais do Brasil*, o que eu acho interessante nele não é exatamente o livro, mas é o processo que gerou o livro - que aí eu acho que é curioso que diz disso que a gente estava falando anteriormente. O que basicamente que se tinha naquele momento? Existia uma campanha internacional que era muito forte que era a *Fifty years is enough*, dos cinquenta anos da criação das Instituições de *Bretton Woods*, várias redes internacionais de ONGs e outras com campanhas contra os efeitos do ajuste estrutural, contra os projetos financiados por esses bancos na Amazônia e em outros lugares e etc. Só que todo esse jogo político em torno disso era feito a partir de redes internacionais, ou ONGs que eram baseadas nos chamados países do Norte. Essa Rede Brasil foi criada a partir da relação com essas organizações, mas ela trazia uma coisa que eu achava muito interessante. O que é? A gente está participando desse jogo de questionar esses financiamentos e essas políticas, mas a partir da visão que o lugar do debate sobre tudo isso deve ser o Brasil, no caso específico da Rede Brasil. Para dar um exemplo prático: Uma das lutas dessas redes internacionais era exatamente fazer com que os documentos de política do Banco Mundial, do FMI e etc, fossem tornados públicos. E o principal documento de política naquela época, era o principal porque era emblemático, era o CAS que era Documento de Estratégia para o Brasil, ou como tinha o documento de estratégia do Banco para qualquer outro país. Esses documentos não eram tornados públicos e eram debatidos basicamente pela diretoria do Banco, com o representante do Brasil no Banco e, além do representante do Brasil no Banco, com o Ministério da Fazenda. As articulações internacionais tinham o foco em Washington com vistas a mudar a política do Banco, para que o Banco forçasse os governos nacionais que concordassem que esses documentos fossem tornados públicos. Porque o argumento que o Banco Mundial tinha é que esses documentos eram de negociação do Banco Mundial com o cliente ou membro, que ele não podia tornar público. Essa luta foi se desenvolvendo, se desenvolvendo... O que a gente fez? A gente solicitou a um parlamentar, Ivan Valente, que hoje está no PSOL, na época estava no PT, que ele fizesse um requerimento de informações ao ministro da Fazenda e ao ministro do Planejamento solicitando o envio deste documento para o Congresso. Porque como o Congresso analisa o orçamento da União e como o Senado, ele era parlamentar deputado, é quem aprova os empréstimos externos, você tem que passar pelo Senado. Caberia tanto a Câmara, como um ente que analisa o orçamento, que todas as contra partidas de empréstimos e etc estão lá, como o Senado analisar esses documentos. Aí o que

acontece? O Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento mandam o documento para o Ivan Valente. O que a gente faz? Nós, na Rede Brasil, solicitamos autorização ao Ivan Valente para traduzir e publicar esse documento. Então, pela primeira vez, nunca antes nesse país e etc, nesse mundo, se tornou esse documento público e publicado a partir de uma intervenção que tinha a ver inteiramente com a dinâmica política interna nacional de um país e não com uma pressão em Washington para que se alterasse alguma coisa. O grande barato que eu acho nessa coisa foi isso.

L.O. – A gente, nós? Você falou: “a gente fez...”, quem?

A.V. – Era a Rede.

L.O. – Eu sei que você estava na Rede.

A.V. – Eu estava lá. Eu era um secretário executivo...

L.O. – Quem era mais nessa Rede?

A.V. – A Rede naquele momento tinha a CUT de oposição, com uma atuação importante, tinha uma série de movimentos sociais, várias ONGs, algumas ONGs ambientalistas, tinha o INESC, o Ibase, Ação Educativa. Porque cada uma pegava um pouco, por exemplo: Ação Educativa nesse mesmo período, a partir desses debates todos, cria várias análises sobre a relação das políticas educacionais e as políticas preconizadas pelo Banco Mundial no Brasil. Então tem um monte de...

L.O. – Essa Rede Brasil funcionou quanto tempo? Você teve lá quanto tempo?

A.V. – Eu estive na Rede só... A Rede Brasil era uma Rede que não tinha personalidade própria jurídica. Então ela viveu ancorada no INESC, que é uma ONG baseada em Brasília e é contemporânea do Ibase. Quando o Betinho criou o Ibase aqui no Rio a Bizeth Jaime, os dois militaram juntos, criou o Inesc em Brasília.

L.O. – Instituto de Estudos Socioeconômicos?

A.V. – Isso. Então aí eu fiquei uns quatro anos nisso daí, na secretaria executiva da Rede. E aí toda agenda internacional e nacional estive super envolvido. Agora, lá o que eu fazia? Eu tratava muito de temáticas que eu tratava anteriormente. Só para dar um exemplo: Política de Reforma Agrária de mercado que foi preconizada pelo Banco Mundial e desenvolvida através de vários empréstimos. Então eu ficava muito envolvido nos debates sobre isso, eu puxava um pouco estes debates: financiamento para barragens e etc., política energética e suas interfaces. Então tinham várias coisas que eu trazia um pouco. Além dessas questões mais gerais como essa que eu contei do CAS, desse documento. Passei uns quatro, cinco anos e tal aí depois eu fui convidado pelo Inesc a ser coordenador *do* Inesc, não da Rede Brasil. Aí tem uma mudança, eu continuo envolvido com a Rede Brasil via Inesc, mas passo a fazer parte da direção do Inesc.

L.O. – E a partir daí que você se insere no Ministério do Meio Ambiente, ou não, eu estou dando um pulo aí?

A.V. – Não, com Meio Ambiente eu já estava inserido desde antes, vamos dizer assim, desde a pré-92. Ainda dentro do Cedi, para recuperar, na preparação da Rio 92 tinha o grupo que trabalhava dentro do Cedi com povos indígenas, reservas extrativistas, grupo de Chico Mendes, CNS, e tudo isso. Então tinha um grupo que tinha essa relação. E eu comecei a fazer a ponte entre a questão ambiental, questão de terra e questão energética via o movimento de atingidos por barragens. Então naquele momento, até foi... Só para pegar uma data que ali eu acho que é um documento interessante. Eu publiquei um livrinho em 89 que era basicamente isso, era questão energética, movimentos de atingidos por barragens e questão ambiental, era tentando fazer essa ponte que já havia sido feito com sucesso em relação à luta por terra de Chico Mendes, reserva extrativistas, em relação à questão energética e luta por terra, em relação à questão ambiental. Então já naquele momento estive muito envolvido com isso e com todos esses debates. Aí eu fui perseguindo com maior ou menor intensidade essa história toda. Aí a primeira vez que eu estive no Ministério do Meio Ambiente foi como consultor de PNUD, então era aquele consultor que ficava lá mesmo e tudo isso, na gestão, eu não lembro qual a gestão, mas foi a Mary Allegretti que me convidou. Eu fiquei desenvolvendo um trabalho junto ao PPG-7, Programa Piloto de Proteção às Florestas, que foi criado em 1992, 1993 com

recursos da cooperação internacional para proteger as florestas. Então o meu primeiro contato com esse grupo, vamos dizer assim, foi a partir daí. Então, já tinha tido experiência no Instituto de Estudos Amazônicos etc, e participo diretamente disso daí.

L.O. – E aí, você está participando desse Programa Piloto e está...

A.V. – Participar parece meio abstrato, deixa eu dizer exatamente o que eu fazia...

L.O. – E você estava ali, ou seja, como membro do Instituto de Estudos Socioeconômicos?

A.V. – Não, não. Ali eu fui contratado pelo PNUD para assessorar a Mary Allegretti que era secretária da Amazônia dentro do Ministério do Meio Ambiente, para lidar com a dinâmica ou coisas relacionadas ao Programa Piloto I e II e a negociação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia, que é o programa Arpa, que foi um programa criado e muito polêmico naquele momento para apoiar, para desenvolver atividades que garantissem a implementação e a manutenção de áreas protegidas, unidades de conservação na Amazônia. Só para realçar, nesses dois momentos, vamos dizer assim, essa experiência que eu tive tanto na Rede Brasil quanto na Cooperação, esse era o capital de conhecimento que eu trazia, era muito isso. Eu diria até menos no conteúdo, menos no mérito porque era participar de negociação em nome do governo com ou o Banco Mundial ou com grandes ambientalistas internacionais. Então tinha um pouco isso.

L.O. – *Know-how* fantástico, vamos combinar.

A.V. – Voltando aquele início, quando eu estou falando na Cooperação Internacional dá para dividir um pouquinho isso: você tem uma Cooperação Internacional Governamental e uma Cooperação Internacional Privada. Nessa Governamental você tem Multilateral e Bilateral e tem de governo a governo, ou governo-sociedade, então você tem aqui todo o universo. Nesse outro lado aqui, da Cooperação Internacional Privada tem uma divisão muito clara entre a Cooperação Internacional relacionada a Igrejas, então você tem um subgrupo aqui, às vezes com recursos de governo, às vezes com recursos dos fiéis, têm as duas coisas. Uma Cooperação Internacional que tem a ver com direitos humanos porque, aí voltando aquele assunto anterior,

a partir daquele quadro de direitos humanos como uma questão planetária ou global e etc, você também cria algo em relação a isso, e de meio ambiente. Das Igrejas passa via Igrejas, essas outras... Ou de desenvolvimento é uma outra parcela, vamos dizer assim.

L.O. – Sim, mas na sua primeira classificação você fala de governamental-governamental, governamental-programas, instituições ou...? Mas depois você fez uma divisão temática, de assuntos. Você pode ter o governo que está pensando, a gente lembra principalmente a relação com desenvolvimento, mas também pode ter direitos humanos, não é?

A.V. – Exatamente, isso aqui está misturado. Essa classificação não. Por tipo do governamental, do não governamental, nesse não governamental não se importando com a fonte do recurso, mas quem faz... Então têm as Igrejas, isso é super nítido, as ONGs internacionais, ONGs de desenvolvimento ou outras e as ambientalistas que aí são um subgrupo bem importante nisso.

[FIM DO ARQUIVO I]

L.O. – Eu perguntei se dentro dessa experiência do ecumenismo, como era a figura de Rubem César Fernandes e aí você estava fazendo essa...

A.V. – Rubem César sim é parte desse movimento e desse quadro e tudo isso. Agora, eu acho que existia uma divisão de trabalho dentro do ecumenismo aqui e isso tem relação também com a Cooperação internacional. Então tem o Rubem César, tem o Waldo César – irmão do Rubem... Tanto que o Rubem cria o Iser com uma identidade que não tinha muito a ver com o Cedi, apesar das conexões, ou com a Koinania que vem depois do Cedi. Então têm umas divisões. Agora, o que eu acho interessante em tudo isso é mais ou menos o seguinte: até 1992, aqui no Brasil e fora, essas instituições tinham identidades próprias. Então você se apresentar como o movimento ecumênico, com uma instituição ecumênica, etc. Com a Rio 92 o que ocorre, dentre outros mil coisas, é que se generaliza o termo ONG para se designar, para dar identidade a uma série ultra diversa de organizações da sociedade civil. E aí eu acho que é interessante porque isso, por um lado, isso tem a ver com uma visibilidade política que essas organizações têm. Por outro lado, isso daí faz com que se tenha uma dificuldade maior de se

entender exatamente o que é esse grupo, porque ele passou a contar com uma diversidade extremamente grande.

L.O. – Mas aí, já estávamos no Ministério do meio ambiente...

A.V. – A primeira vez como consultor.

L.O. – A primeira vez pelo PNUD.

A.V. Aí passa um tempo como consultor e etc. Aí depois disso é que... Eu deveria ter vindo, pelo menos, com um currículo ou alguma coisa assim eu não lembro o que vem depois, o antes e depois. Mas basicamente o seguinte: tem essa coisa que talvez tenha durado um ano ou algo assim... [silêncio]. É mais ou menos assim, estive no IEA, Institutos de Estudos Amazônicos, mais um menos um ano. Depois disso, esse contato com o Ministério e tudo isso mais ou menos nesse período. Depois Rede Brasil e Inesc, no Inesc eu fiquei um período também. Depois disso eu saio do Inesc, volto a desenvolver algumas consultorias para o PNUD e o Lula foi eleito, não é isso? Eu acho que sim...

L.O. – Não sei se na mesma época, ele foi eleito... [riso]

A.V. – Foi eleito é certo! [riso]

L.O. – Que ele foi eleito é certo! [riso]

A.V. – Isso a gente está tratando de 2003...

L.O. – Eu vi que 2003 você foi diretor do Programa Piloto para Proteção de Florestas Tropicais do Brasil, algum lugar dizia isso, e do Programa de Áreas de Proteção da Amazônia.

A.V. – Exatamente. Então, logo no iníciozinho do governo Lula, antes mesmo do governo Lula. Quando o Lula foi eleito aí a Marina começou a fazer uma série de reuniões com ONGs, representantes de ONGs, pessoas que tinham contato e etc. Eu tinha vindo do Inesc e de algumas consultorias para o Ministério do Meio Ambiente e já tinha tido contato com ela e a

Mary Allegretti era uma das assessoras da Marina. Então eu estava envolvido nessa história toda, nesse debate todo. Nesse contexto, quando a Mary permanece na secretaria da Amazônia e a Marina assume o Ministério do Meio Ambiente, aí eu fui convidado para ser diretor desses Programas: os dois Programas de Cooperação internacional. O Programa Piloto de Proteção a Florestas estava acabando a primeira fase e entrando para a fase dois e eu tinha participado como consultor da elaboração do desenho da fase dois. Então era muito um papel de negociação com doadores. Esse PPG7, o G7 era o Grupo dos sete, os países ricos, e que é o único Programa que o governo tinha como um Programa que se relacionava com a Cooperação internacional como cliente de doações, só nessa área ambiental. E o Programa ARPA que eu tinha participado lá atrás de uma negociação, era exatamente para retomar a negociação do Programa ARPA que não tinha sido concretizado inteiramente. Então eu peguei isso daí mais uma vez. Fiquei pouquíssimo tempo no Ministério, apesar de ter tido uma atuação razoavelmente importante na finalização da negociação do ARPA. O ARPA caiu no meu colo em dois momentos, lá como consultor e depois, que me proporcionou resolver algumas coisas. Então eu sei que nisso daí foi importante. Por que eu fique pouco tempo no Ministério? Porque eu não tive condições de trabalho, nenhuma. Então esse foi o principal e isso eu conversei com a ministra, com a Mary e tudo isso.

L.O. – Só uma questãozinha, mais talvez para o meu entendimento. Esse PPG7, esse ARPA era o que mesmo? Eu já esqueci.

A.V. – Programa Áreas Protegidas da Amazônia, um grande Programa também com doação do GEF e também de ONGs internacionais como WWF e outras. Mas aí, nesse momento, apesar de eu perseguir ao longo do tempo todo essas questões de terra, de movimento etc., eu já estava muito envolvido com questões ambientais sempre com esse olhar mais por questões ambientais e a com a dita cooperação seja como operador, seja como alguma coisa mais...

L.O. – Reflexão ao respeito...

A.V. – Reflexão ao respeito a partir [INAUDÍVEL].

L.O. – A gente está tentando montar de alguma forma sua história de vida, sua vida profissional ao mesmo tempo com tudo isso aqui. Antes da gente avançar um pouquinho mais, eu li que você foi produtor de um filme.

A.V. – Isso é em paralelo. Aí são coisas no meu período de férias assim. [riso] Aí é motivo de casamento, não é nada... O que foi basicamente? Eu me casei com a Betse tem uns vinte anos. Então aí a Betse vai para Brasília, a gente está morando em Brasília e ela está tentando fazer o primeiro longo metragem e tudo isso. Estava uma confusão para ver quem produz o longa e tudo mais, aí eu tiro férias e produzo. Eu sou uma pessoa também... Eu tenho senso prático, se você me der uma ponte para construir eu vou construir uma ponte, eu não me furto. [risos] Mas isso foi basicamente, aí eu me envolvi. Lógico, aí eu produzo. Mas isso aí foi nos meus períodos de férias e foram dois!

L.O. – Ah, dois filmes... [riso]

A.V. – Foram dois, dois *longas*. E ainda ajudei a alguns jovens lá da Universidade de Brasília que estavam produzindo curtas, aí eu produzi também dois curtas.

L.O. – Você há de convir, para quem não sabia nada e vai lendo sua biografia... Produtor do filme, como?

A.V. – Eu até coloquei no Lattes, você tem espaço para colocar. Aí é uma outra história, mas só para realçar isso aí eu me lembrei de outra coisa. No meio de tudo isso também eu fui professor do IFCS por um ano e meio ou dois e da Universidade de Brasília *idem*. Então eu tenho que ver depois aonde eu coloco isso. [riso] Porque na Universidade de Brasília, eu acho, um ano e meio ou dois...

L.O. – Enquanto você fazia isso tudo, você descansava conversando com os alunos...

A.V. – Conversando com os alunos... Mas isso aí tem a ver com essas saídas da instituição A para a instituição B, eu devo estar errando na cronologia, em alguma coisa.

L.O. – Mais uma coisinha que eu ia perguntar antes de chegarmos a FF, Fundação Ford.

A.V. – Só para realçar também. E nesses dois casos foi muito curioso porque ao término do contrato, que eram aqueles professores assistentes, se abriram concursos nos dois casos e eu não fiz o concurso e isso eu acho que denota uma coisa. Eu sempre tive uma crise muito grande com a minha institucionalização nas universidades como ter uma carreira acadêmica porque, voltando ao Weber, lendo o Weber realmente eu não me sinto na vocação [assim]¹: Não é isso, não exatamente isso. Então eu nunca me senti assim... Eu adoro dar aula, a política dentro da universidade eu não gosto e não sei fazer, e os resultados também não me atraem tanto assim. Eu gosto de estar próximo, mas não exatamente. Então, duas oportunidades que depois de eu estar dando aula na instituição, os concursos se abriram e eu não fiz. Mas eu adoro a atividade, principalmente a docente, acho muito atraente, muito legal.

L.O. – Me diga ainda desse momento que, vamos dizer assim, você está relacionado a essas questões e a essas atividades que de alguma forma se pergunta: como é que o Estado brasileiro, a burocracia do governo brasileiro, vamos dizer assim, surpreendentemente, para quem está de fora, se abriu para esta cooperação internacional, multilateral, bilateral em torno do meio ambiente? A gente sabe que isso aconteceu, mas de alguma forma é surpreendente. Você não acha?

A.V. – Acho.

L.O. – Você teria alguma ideia, alguma explicação para isso?

A.V. – Sim, ideias. Bem, o que eu acho... Uma primeira coisa só para reforçar esse estranhamente que você falou agora. Uma coisa é o seguinte: Quando essa cooperação chega, vamos dizer assim... Uma coisa que eu acho interessante pensar, quando eu trato de cooperação financeira eu trato de doações, então eu não estou tratando de empréstimos. Quando a gente trata de empréstimos, então é um quadro mais amplo. Eu até posso chamar isso de cooperação, mas eu estou tratando de uma relação que é comercial e financeira. Por exemplo, o que Banco

¹ Mais próximo do que foi possível ouvir.

Interamericano de Desenvolvimento faz quando ele empresta recursos a um país como o Brasil, eu não chamo isso exatamente de cooperação porque as taxas de juros que são praticadas e outras condicionantes e etc, às vezes não são tão atraentes assim vis à vis do mercado. Às vezes sim, às vezes não. Com outro tipo de país não, é diferente. Os chamados países pobres fazem com que esses bancos tenham empréstimos com subsídio muito alto, então até eu poderia chamar alguma coisa. Agora, quando a gente trata de cooperação doações internacionais é muito interessante pelo seguinte: o Brasil só recebe e só recebeu fundos de cooperação internacional para meio ambiente. Então não é nem uma coisa assim... Por exemplo, a Bolívia tem uma agenda de cooperação para combate a pobreza e também de meio ambiente. Então existe doações que são feitas para isso. A cooperação internacional governamental no Brasil tem sido, pelo menos, até antes dos 80, mas isso tem que ter uma periodização melhor, só para meio ambiente. Então a questão é boa e é bem interessante. Então isso é um ponto. O outro ponto que eu acho que também é importante a gente ver e principalmente que esses Programas surgem a partir de 92 e não é por acaso. Isso tem a ver com a dinâmica da Rio 92. Na Rio 92 e antes da Rio 92, o olhar sobre a Amazônia como uma questão ambiental importante ganha peso e ganha muito peso. Então a criação do Programa Piloto de Proteção as Florestas vem muito de um novo debate internacional sobre a Amazônia e que o governo do Brasil em conjunto com ONGs fazem uma proposta para essa cooperação, que é uma proposta que implicaria, vamos dizer assim, em uma compensação, falando de um modo muito amplo, para o Brasil por ser um importante ator ou sujeito na proteção dessas florestas. Esse é um pouco o quadro que é criado e isso está Chico Mendes junto e tudo isso. Com tensões, óbvio, não é?

L.O. – Essa questão ambiental e esse lado, vamos dizer assim, global, internacional dessa questão também cria opositores muito firmes porque, de alguma forma, a questão foi tratada ao longo da história do mundo em uma perspectiva geopolítica de soberania nacional etc. E a gente se a gente está falando de 92, quer dizer, nós não estamos falando do governo Lula de 2003. Então eu olho aqui, estamos falando do governo Fernando Collor de Mello, é isso?

A.V. – 92? Com o Collor que se cria a primeira secretaria, qual o nome da instituição com status de ministério?

L.O. – Secretaria de Meio Ambiente.

A.V. – Lutzenberg vem e assume já como parte de um diálogo internacional, sem dúvida. Em 92 a gente já estava lá. Aí eu não essa... Já sou péssimo nisso. Quando é que foi o *impeachment*?

L.O. – Ai, o cego falando com a que enxerga mal...

A.V. – Mas está certa nisso daí sim, tem esse contexto. Agora, vamos dizer assim, se faz uma história de quando isso surge, isso tem a ver com debate internacional sobre crescimento zero, sobre o Clube de Paris, sobre o debate de países ricos sobre isso, sobre uma divisão do trabalho e do financiamento da proteção ambiental. Todos esses debates que são o quadro conceitual que vão provocar isso. Aí a Mary Allegretti teve um papel importante porque ela vai ser uma pessoa que vai formular isso para o G7, dizendo dessa necessidade e tudo isso. Isso daí é um ponto externamente. Internamente, aí só para pegar algo que você falou como questões geopolíticas e etc. A grande questão que fica colada um pouco era o seguinte: o PPG7 é Programa de Proteção a Florestas Tropicais que no linguajar ambiental isso significa, para o Brasil, Amazônia e Mata Atlântica. Só que efetivamente, para a geopolítica, a Amazônia que é o assunto, esse que é o assunto e aí todo o olhar está na Amazônia, que vem desde o debate sobre demarcação de terras indígenas, unidades de conservação, áreas de demarcação. Aí que eu acho interessante dá uma recuperada no pré-constituição de 88 porque os direitos ou quadro de leis que é consolidado ali é que vai ser decisivo para a existência de uma cooperação desse tipo depois. Por que eu estou dizendo isso? Quando o Brasil cria uma legislação que reconhece, por exemplo, o direito dos povos indígenas sobre seus territórios, mas esse direito se encontra colocado como um direito ao uso ao território que é reconhecido como indígena ainda que considerado como uma área protegida de propriedade do Estado. Esse balanço que eu acho interessante. É uma Constituição que reconhece os direitos sim, mas a propriedade ou o domínio é um direito de uso. Eterno sim, lógico, mas um direito de uso. Esse quadro que eu acho que permite um pouco que os governos também pensem, por quê? Porque ao fim do dia não existe uma propriedade privada dos indígenas sobre os vinte e dois por cento da Amazônia que é reconhecido como território indígena etc. Então tem um jogo aí que eu acho importante nisso.

L.O. – Acho interessante sim. Minha surpresa é como o governo brasileiro aceitou não só essa... De alguma forma, vamos dizer assim, não é uma interferência no sentido comum de denúncia

que estou falando, mas a presença mesmo, a conexão com essas agências todas e para uma área que, de alguma forma, é sensível. Então é muito interessante isso a partir... Mas você realmente voltou a 88, não é?

A.V. – Eu acho que ali que está o quadro das unidades de conservação, das áreas protegidas, qual quadro institucional... Isso aí eu falei a questão indígena porque, vamos dizer assim, apesar da gente está falando de como o meio ambiente ou não sei o que... O que pega, vamos dizer assim, o grande debate que se tem e de soberania, isso a gente vê desde agora com Raposa Serra do Sol etc, tem a ver com terras indígenas e menos com as chamadas unidades de conservação. Mas as duas são áreas protegidas.

L.O. – Mais alguma coisa antes da gente...? Você estava lá no diretor de Programa Piloto de Proteção...

A.V. – Aí eu saio.

L.O. – Aí você sai, achou que não tinha espaço para fazer...

A.V. – Mas não é uma coisa política, é uma coisa bem prática mesmo. Você ter orçamento, você ter equipe, você ter isso... Uma coisa assim. E principalmente eu achando que para estar operando tanto no ARPA quando no PPG7, Programa de Cooperação Internacional e tudo isso, eu tinha que ter uma equipe do governo com gente e muita gente para fazer frente a exatamente esse diálogo. Então esse era um ponto importante, sabiam disso e tal, entendeu? Aí eu saí, fiquei como consultor do PNUD na revisão de um projeto no noroeste do Mato Grosso super interessante. Nessas coisas todas me informam que tem um posto na Fundação Ford: “Aurélio, você sabe do posto da Fundação Ford? Abriram o posto de meio ambiente e desenvolvimento por que você não aplica para esse posto ou porque você...?” Então aí que surge a Fundação Ford.

L.O. – A Fundação Ford chega a você, você chega a Fundação Ford. Isso é?

A.V. – Final de 2003. 2003 foi o primeiro ano do governo Lula, não foi? Então é final de 2003.

L.O. – Eu vou trazer na próxima entrevista uma cronologia, para a gente fazer assim e olhar... [riso]

A.V. – Uma cronologiazinha básica... [riso]

L.O. – Muito bem. Agora nós vamos ter uma reconstrução...

A.V. – Que horas são? Só para ver como a gente está indo, não?

L.O. – São 10:25. A gente não consegue fazer tudo de uma vez só não, porque de um certo momento em diante você está falando da sua vida, então você, de alguma forma, lembra. Eu tenho que presta atenção para aproveitar todas as perguntas e tem hora que eu... Muito bem, então você vai para a Fundação Ford exatamente para área de Meio Ambiente e Desenvolvimento que chamava na época, não é? Então falando disso, vamos dizer assim, o que eu li sobre a Fundação Ford? O artigo do *Quarenta anos* do Anthony Anderson e depois isso aqui seu. Qual era o foco da Fundação Ford em relação ao meio ambiente e um pouco a proposta do José Gabriel López que foi o anterior a você, quer dizer, se você consegue olhar o que se propunha até você entrar? Depois a gente vai fazer...

A.V. – Nesses Programas todos que vocês viram, nas diferentes áreas ou Programas, ou campos etc, alguns mantêm uma coerência maior – coerência não como um valor, mas como uma coisa de continuidade, com mudança maior – outros não. Isso aí dentro da Fundação. Então você tem hiatos ou tem cortes, etc. Eu acho que esse Programa, principalmente a partir do Anthony, manteve uma coerência grande. O que tinha? O Programa é criado... Não é criado, mas quando o Anthony cria a iniciativa, para mim a iniciativa que ele desenvolveu tem um parentesco muito grande com os debates em torno do Programa Piloto de Proteção as Florestas. Então eu diria que ele construiu uma coisa como se fosse um espelho que complementasse uma série de iniciativas que tinham a ver com o Programa Piloto. Só que ele começa antes do Programa Piloto, esse é um ponto importante. E ele, eu acho, foi muito inteligente porque ele identificou, e aí nos debates pré-constituintes ou tudo isso, o que estava ocorrendo no Brasil e de possibilidade de estar apoiando coisas muito inovadores que estavam ocorrendo aqui. Por que

eu chamo atenção disso daí, por que eu fiz essa formulação exatamente [INAUDÍVEL]? Porque você na Fundação... Eu brinco para pergunta do filho: “ai, o que você faz mesmo?” Às vezes dá vontade de falar: “Nada”. Porque eu me sinto não fazendo as coisas. Agora o que você faz? Com maior intensidade ou não, você conversa com pessoas que sim, estão fazendo coisas. Você consegue identificar algumas coisas que você acha que são bem importante para o Brasil, para Humanidade ou seja lá o que. E você consegue ter o censo de escolher apoiar algo e não uma outra coisa. Às vezes essa interação influencia quem a Fundação está apoiando, às vezes é o contrário ou às vezes é o balanço das duas coisas. Então tem várias coisas. Por que eu digo isso? Porque naquele momento existia um debate muito intenso no Brasil que levou a formulação pelas organizações aqui e pela inteligência de conceitos ou de propostas muito interessantes. Aí eu vou direto ao ponto, uma tinha a ver com a formulação de propostas que dessem conta a um balanço entre conservação do meio ambiente e garantias de direitos de comunidades e povos tradicionais. Isso foi bastante inovador.

L.O. – Isso você está falando desde...

A.V. – Meados dos 80 e coisas que estão ocorrendo no Brasil. Na relação que as ONGs, ou com outros nomes, instituições aqui, universidades, acadêmicos, pessoas que voltam do exílio trazem a questão ambiental – tem algumas leituras que dizem isso – o Gabeira... Todo esse contato aí, o que se tem naquele momento? Naquele momento ainda existia, como ainda existe um pouco, um viés de olhar a questão ambiental como uma questão de conservação, proteção do meio ambiente ponto. O que houve no Brasil? Houve um contato dessas ideias com as organizações, ou pessoas, ou instituições que lutavam pela afirmação dos direitos de povos indígenas, de seringueiros, de sem terra e de outros. A partir desse contato, novos conceitos, novas intervenções políticas, novo quadro legal surgem. E aí é que eu digo que eu acho que o Anthony foi muito inteligente porque ele conseguiu enxergar isso e conseguiu apoiar algumas instituições chaves que, por exemplo, estavam operando, uma: para garantia dos direitos territoriais indígenas em uma situação como a do Brasil. Então esse é um ponto. Um outro também olhando para uma diversidade de situações novas além de indígenas, de outros povos ou comunidades que também estava reivindicando direitos e os seringueiros entram nisso também e os povos da floresta.

L.O. – Isto que eu ia perguntar: Se, vamos dizer assim, o caso do Acre não é fundamental nessa história?

A.V. – Fundamental, fundamental.

L.O. – E a Fundação Ford está, quer dizer, agora nós estamos tentando fazer essa conversa olhando a janela da Fundação Ford. O Anthony dentro da Fundação esteve presente no caso do Acre?

A.V. – Esteve.

L.O. – Fazendo o que? Apoiando como?

A.V. – O Anthony vocês vão entrevistar, que é super legal. Eu acho, sem dúvida, o Anthony foi fundamental para o desenho disso que o Gabe depois vai continuar. Se eu fosse resumi um elogio a ele eu diria o seguinte: uma, que ele conseguiu fazer com que algo que estava ocorrendo no Brasil virasse um assunto para a Fundação Ford, porque normalmente a gente pensa no inverso: como a Fundação Ford vai influir em relação na...? Gente, não leva a mal, mas às vezes é o contrário e muitas vezes. Então ele viu aquela história que estava surgindo: Chico Mendes, todos por... Que ele estava pessoalmente envolvido com várias dessas coisas como pesquisador, como pessoa relacionada... O Anthony eu digo assim também, é o seguinte, porque quando eu fui coordenador de políticas públicas do Instituto de Estudos Amazônicos, ele era o meu *program officer*. O que a gente estava fazendo lá no Instituto de Estudos Amazônicos? Qual era o nosso assunto? O nosso assunto era o seguinte: mesmo com todos esses avanços da Constituição, mesmo com todos avanços da Legislação, mesmo com tudo isso estava ocorrendo, naquele momento – 94 eu estou dizendo isso – um conflito ainda entre os grupos - que ainda existem - que pensam a conservação sem os seres humanos. Então é: parque sem gente, que é o modelo mais tradicional, no sentido ruim não de populações tradicionais, mas tradicional de ver a conservação. Então quanto menos gente tem, melhor. Criam parque sem pessoas, expulsam as pessoas.

L.O. - Gente atrapalha, não é? [riso]

A.V. – Ali ainda tinha um debate grande e a gente estava envolvido no apoio à Constituição do projeto de Lei ou da Lei que depois geraria o sistema nacional de unidade de conservação. O debate era muito isto: unidade de conservação com presença de pessoas ou não, quais as categorias de unidade, que tipo de manejo etc. Então tinha todo esse debate. Interação com Programa de Piloto de Proteção às Florestas? Total. Zoneamento? *Idem*. Então tudo isso daí era um grande assunto. Agora, eu volto a dizer e isso eu digo não dele só, mas depois você vai ouvir eu falar isso de mim mesmo, de colegas e tudo é que eu acho que no caso do Brasil, vamos dizer assim, é difícil pensar... Eu acho que a Fundação teve, a partir de diferentes *program officer*, a inteligência de saber identificar coisas importantes que estava ocorrendo e se deixar influenciar por essas coisas.

L.O. – De alguma forma, isso você... Falando popularmente, faro do *program officer* era uma coisa assim, ele percebia inserção na realidade nacional, não é?

A.V. - Lógico, isso tem. E outra que é a grande coisa também... Isso daí era uma coisa que estava ocorrendo. Então não é por acaso que o Brasil é o país que constituiu um quadro de leis que permite o acesso a terra, terra comum, e a territórios de forma mais diferenciada. Dizer de outro modo, são poucos países no mundo que garantem direitos territoriais a quilombola como quilombola, a indígenas como indígenas, a seringueiros como seringueiros e assim. Na Centro América, um dos grandes debates que tem é o seguinte, os garifunos – que são os equivalentes aos quilombolas daqui – para terem acesso a terra eles se identificam como indígenas. Aqui no Brasil não. Então isso é algo que é bem interessante. Coisas assim que estava rolando... Então esse é um ponto. Um outro ponto é que ele identificou também o Acre como o lugar onde essas coisas estavam ocorrendo, que esse debate estava ocorrendo e que efetivamente era, e por isso que o Chico Mendes foi assassinado. Então você tinha uma coisa que também era muito importante em relação a isso. Um outro era que também ele viu que aqui se gerou, aqui no Brasil em todo esse processo, um novo conceito que é o socioambientalismo. Isso é muito do DNA do Brasil, de você se chamar e criar organizações ou que pensem sua atuação a partir de uma ideia socioambiental e não ambiental ou de conservação apenas. Então tudo isso aí eu

acho que foi bastante importante. O [Gabi]² eu acho que deu continuidade a isso que ele constituiu, para mim isso é muito claro.

L.O. – Aí pensando esse caso laboratório que foi o Acre, e de alguma forma ali também você tinha toda inovação política, os irmãos Viana, não é? Então você teve...

A.V. – Ele foi antes, aí já é o Gabi que ele pega com Gabriel, aí sim, aí você tem o Jorge, Marina e todo esse grupo.

L.O. – Esse caso é absolutamente fantástico para a conjugação de coisas em princípio diferentes, separadas e que se juntaram aí.

A.V. – Só para você vê um pouco isso. Quando o Isa se constitui em 94 como Instituto socioambiental, isso teve um impacto imenso porque era algo como a consolidação institucional de um conceito que foi criado nesse processo todo. Então foi a primeira organização que se chamou: “nós somos socioambientais e nós queremos esse balanço, a gente tem uma perspectiva de direito sim, mas a gente tem uma...”

L.O. – Então você está dando destaque para o Anthony [INAUDÍVEL] e o Gabriel é o continuador dessa...?

A.V. – Eu acho que o Gabriel consolida várias coisas e que teve então, só para pegar um pouco, dava para ver...

L.O. – Nessa época era Amazônia e Mata Atlântica?

A.V. – Amazônia e Mata Atlântica. Agora só para pontuar. Também é interessante ver - isso é algo que eu faço na minha reflexão sobre a Fundação e sobre mim mesmo na Fundação, ou sobre o Anthony, ou sobre qualquer outro – onde estavam os outros da cooperação que é similar a da Fundação Ford, então ver um pouco o que é o *mainstream*, o que está ocorrendo e onde que você está nisso daí. Porque às vezes você está apoiando a coisa que é super importante

² Mais próximo do que foi possível ouvir.

naquele momento, você captou isso etc., só que você está contribuindo com mais uma gotinha de água para onde já vem um balde de água sei lá de onde. Isso é uma questão também, da gente vê um pouco qual é o balanço disso.

L.O. – E nesse caso aqui da Fundação Ford em relação a essa... Você acha que a Fundação Ford... Por exemplo, o caso do Acre era a gotinha ou foi um balde de água? [riso]

A.V. – Indiferentes momentos foi o balde de água ou a gotinha. Depende do momento. Porque também é o *time* da história, às vezes é... E isso, Lúcia, sendo muito franco com você, às vezes faz - a gente está tratando de uma organização que, vamos dizer, a principal ação dela é a doação de recursos – uma doação de dez que tem um efeito não planejado impressionante e às vezes você faz uma doação de um milhão que a de dez que foi feita ao mesmo tempo tem o efeito muito maior. Então tem uma coisa do quando ocorre, quando a coisa está ocorrendo que é muito...

L.O. – E como é que vocês, no caso, avaliam assim: fizemos uma doação... Tem casos que são coisas óbvias, você faz uma doação e aquela instituição tem um efeito, mas como é que se faz essa avaliação?

A.V. – No nosso caso específico, aí também depende do momento da Fundação, se avaliaram ou não as coisas isso era mais importante ou menos. Isso aí depende da direção da Fundação nos diferentes momentos, não é? Para nós, agora, isso é super importante. Acontecem avaliações de tempos em tempos, avaliações externas...

L.O. – Sim, mas essas avaliações... Eu brinquei com você, falei assim: “você está chegando do trabalho de campo?” Você vai visitar os projetos que foram feitos, você faz trabalho de campo no fundo, trabalho antropológico e tem avaliações...

A.V. – Deixa só eu falar uma coisinha para eu não esquecer, porque depois vai dar uma racionalidade ao futuro. O Anthony e o Gabe. Ambos acreditavam nesse conceito todo e nisso tudo que a gente está falando, que era super importante mudar as políticas das grandes conservacionistas para torná-las, porque como eram importantes atores no mundo e também no Brasil, mais próximas às demandas dos povos e comunidades tradicionais. Eu vou só deixar

isso porque depois vou voltar isso adiante. Isso que você colocou... Se a gente considera que monitoramento é algo que você faz mais em tempo real e que avaliação é sempre algo *ex post*, não é isso? Acho que dá para pensar isso. A gente tem um sistema de monitoramento bastante acurado, vamos dizer assim, seja por visitas, seja por controle financeiro, diferentes tipos de controle, etc. Isso ocorre e cada vez mais a gente tem isso. Uma avaliação, sim, a gente tem. Acho que no passado as avaliações tinham muito mais a ver com mudanças de *program officers*, ou mudanças de diretores porque quando você muda, você olha para o passado para propor alguma coisa para o futuro. Então é isso que é feito como avaliação. Mais recentemente a avaliação é que está sendo parte da estrutura da Fundação. Então um departamento de avaliação e além do departamento de avaliação, nós somos incentivados a contratar avaliadores externos para projetos e tal. Então tem as duas coisas.

L.O. – Mas uma coisa ainda dentro da lógica...

A.V. - Por sinal acabou-se agora uma avaliação sobre este Programa que eu coordeno, aí depois a gente passa para você.

L.O. – Importante.. Me diga uma coisa, você se reporta a um vice-presidente em Nova Iorque? Você, Denise e antes a Odina sentavam juntos com a Ana, quer dizer, tem uma reunião do grupo, decide o que desse tipo? Ou você se reporta a um vice-presidente em Nova Iorque, entendeu? Qual é a lógica mesmo que cada caso seja diferente? Qual é o princípio organizacional da...?

A.V. – Eu vou falar do hoje, porque isso tem mudanças ao longo do tempo. Hoje a estrutura é matricial, então a matriz. A gente tem uma dinâmica escritório que você como *program officer*, você se reporta a seu representante para uma série de questões. O representante funciona como o representante da Fundação Ford no país ou na região. Então o *program officer* ali vai se reportar. Em termos do conteúdo do Programa você é parte de uma unidade, então você se reporta a um diretor. Então você um contato também com um diretor. Em termos dos vice-presidentes, existe um vice-presidente da temática e o vice-presidente que acompanha o escritório que nem sempre é o mesmo dependendo da temática. Então você tem uma divisão [INAUDÍVEL] por vice-presidentes, independente da temática, e tem os temas que são

selecionados. Eu brinco assim: na cadeia alimentar você tem o *program officer*, que é o que está aqui. Aí você tem o diretor e o representante que eu diria no mesmo nível. O vice-presidente e o presidente. É muito simples, não tem uma burocracia grande.

L.O. – Qual é a diferença do diretor para o vice-presidente?

A.V. – O diretor, hoje, é o responsável pela formulação e implementação de uma iniciativa, que é mais ou menos assim: a gente tem um Programa ou Programas e dentro dos Programas várias iniciativas que são agregadas em unidades. O Programa de... Não fiz o dever de casa [riso], porque mudou os nomes dos Programas há dois anos e eu ainda não tenho o nome exato. O Programa de *Assets Building* ou alguma coisa, que é o programa que estou vinculado, esse Programa tem o vice-presidente. Nós temos três ou quatro unidades dentro do Programa, cada uma dessas unidades tem duas três iniciativas. Eu como *program officer*, eu me vinculo a uma ou duas iniciativas dentro de uma unidade. Cada unidade tem um diretor. Então para o assunto...

L.O. – Até o fim desta entrevista eu conseguirei entender isso. [riso]

A.V. – Eu estou sendo mais enrolado, é mais simples. Eu é que estou explicando mal. Deixa eu voltar, é mais simples do que isto. Vamos lá. A Fundação em termos de conteúdos, eu não estou falando de vice-presidentes ou comunicações isso é outra coisa, vice-presidentes [INAUDÍVEL], têm três Programas: um que é mais relacionado a questão de justiça, paz, direitos, governança e tudo isso é um *Programa* com um vice-presidente. Um outro que é relacionado mais a cultura, artes e educação, com outro vice-presidente. Um outro mais relacionado a questões de economia, vamos dizer assim, com outro vice-presidente. Então nós temos esses três vice-presidentes. Sob cada um desses vice-presidentes nós temos mais ou menos quatro diretores. Cada um desses quatro diretores maneja de uma, duas ou três iniciativas. As iniciativas são efetivamente o que dá conteúdo a tudo isso que a gente falou antes, que é o que se faz, o que se pretende fazer. Então tem um enunciado, tem um objetivo, tem tudo isso. O *program officer*, em termos ideais, se vincularia a uma iniciativa ou duas no máximo. Então isso aqui é uma estrutura. Junto com isso... Aí a gente tem que considerar que a Fundação atua dentro dos Estados Unidos e fora, dentro dos Estados Unidos é isto, acabou. Então esse *program officer* fala com seu diretor e tudo isso se resolve as coisas, às vezes com

seu vice-presidente dependendo do assunto. Quando a gente trata do que é chamado lá de *overseas*, o que é? Você tem os escritórios, você é parte disso aqui como *program officer*, você é parte da mesma estrutura só que tem uma instância a mais que é o representante. Esse representante, por sua vez, é responsável pela elaboração de um documento de país ou região que seria a visão que a Fundação tem sobre aquela região ou país, os desafios e onde a Fundação vai contribuir. Então de um elenco de trinta e cinco iniciativas ou trinta e seis... A gente tem essa divisão aqui: tem o vice-presidente, o diretor, três ou quadro iniciativas e tal. Então tem umas trinta e seis iniciativas aqui ao final. Esse “rep”³ vai selecionar de três a seis ou sete iniciativas que vão está ocorrendo ou atuando naquele país. Lá dentro dos Estados Unidos não, são trinta. Agora cada país vão ser três a seis ou sete. Então existe um documento também. Então o que ocorre? Cada doação que é feita tem que estar relacionada a esse documento, você tem que olhar para esse documento, quais são as prioridades ou tudo isso, e ao que estar nos objetivos e tudo da iniciativa. Então na verdade existe um balanço e isso em termos institucionais o que é interessante é o seguinte: há uma estrutura que efetivamente não concentra os poderes, entre aspas, do processo de doação porque é algo que é negociado sem necessariamente você estar tendo diálogo com...

L.O. – Interessante, que dizer que de alguma forma o representante é representante da Fundação Ford no país. Mas de alguma forma ele é o representante das iniciativas do escritório para a direção da Fundação Ford, quer dizer, ele é um intermediário de fato?

A.V. – Ele é um intermediário por excelência.

L.O.- Ele não só traz as coisas da Fundação Ford para o escritório, mas ele leva do escritório para a Fundação Ford.

A.V. – Também.

L.O. – E aí eu fiquei pensando, só para conferir com você... A minha sensação, pelo o que você estava falando, que os diretores, de alguma forma, tomam conta das coisas novas.

³ Abreviação para Representante.

A.V. – Não.

L.O. – Pensei que as iniciativas novas...

A.V. – Não, quando a gente fala em iniciativa é algo estruturado. Algo estruturado no sentido de um Programa da Fundação. Dando um exemplo...

L.O. – Isso independente daquilo ser alguma coisa que já existia ou...?

A.V. – Você não cria uma iniciativa... Teve uma mudança grande quando o Luis, o novo presidente, entrou há dois anos e meio atrás. O que era? Basicamente, até aquele momento, a Fundação tinha Programas, tinha as unidades ou várias unidades e iniciativas que eram formuladas pelos *program officer*. Então, a Fundação tinha duzentas e poucas iniciativas que eram agregadas em unidades e nesses Programas, nesses três Programas grandes. O que houve? Isso é algo interessante. A formulação de iniciativas saiu do âmbito de cada *program officer* e foi, vamos dizer assim, elevada ao âmbito dos diretores. Então os diretores é que são responsáveis pela formulação das iniciativas e você não muda uma iniciativa tão rápido. Então você formulou, você tem aquele quadro e aí os *program officers* são contratados em relação aquela iniciativas. O papel que o representante tem neste jogo, vamos dizer assim, é dizer: “olha, as iniciativas para o Brasil serão esta, esta e esta e não aquela, aquela e aquela”. Isso é um papel tipicamente do representante.

L.O. – Eu acho que podemos ficar por aqui. Qual era a ideia? A partir daí, quer dizer, o que eu te falei... Eu li a coisa do Anthony e é um bom artigo aquele, você acaba de ler você fala: “Ah, sei!” Embora eu tenha que ler duas ou três vezes porque eu sou neófito nesse campo. Aí depois li esse aqui seu. Então, vamos dizer assim, as coisas mais... E algumas coisas que você menciona aqui *en passant* de alguma forma você já falou. Mas eu acho que não tem importância a gente voltar. Aqui foi a sua proposta de 2005, não é isso?

A.V. – Isso, isso antes da reforma, vamos dizer assim. Então depois disso aqui, que é um exercício interessante, é pegar qual a iniciativa que foi constituída.

L.O. – Isso você vai nos ajudar na próxima. [riso]

A.V. – Que tem um parentesco grande.

L.O. – Eu olhei aqui...

A.V. – É, já saiu.

L.O. – Fui aqui, estudei razoavelmente o seu, o que é, tem uma coisa aqui, fiz anotações, etc.

A.V. – Por exemplo, aqui era muito típico para você propor uma coisa nova você tinha que olhar para o passado. Isso podia ser aceito ou não. A Fundação podia dizer: “beleza, a ideia é ótima, mas vamos continuar naquela linha”.

L.O. – Para quem está lendo é muito interessante porque faz a ponte. Eu acho que eu não consigo mais acompanhar você... [riso] Obrigada!

[FIM DA 1º ENTREVISTA]

2ª entrevista: 14/07/2011

L.O. – A gente, na vez passada, pôde ter pelo menos uma ideia de sua trajetória, o que você andou fazendo. A gente já tinha começado, mas eu acho importante a gente voltar ao momento de sua entrada na Fundação Ford. Você tinha dito 2003...

A.V. – 2003.

L.O. – 2003 você entrou na Fundação Ford. O processo de seleção você também falou um pouco.

A.V. – Final de 2003 que eu fui selecionado. Eu entrei mesmo foi no início de 2004, 04 ou 05 de Janeiro.

L.O. – Você acha que o Anthony Anderson foi, vamos dizer assim, uma decisão importante na seleção?

A.V. – Não, não. Bem, vamos lá. Como é um processo de seleção na Fundação? Uma é que é uma seleção pública, tem um edital de seleção que é anunciado tanto no Brasil quanto internacionalmente. E o que a Fundação faz? Ela cria um comitê de seleção interno e esse comitê é que desenvolve todo esse processo. Só para clarificar, o Anthony Anderson tinha sido *program officer* seis ou sete anos antes, isso é uma coisa. E a outra coisa é o seguinte: você não se envolve na seleção de seu sucessor, isso é outra regra. Você não se envolve.. E *não* mesmo! Então, quando existe o processo de sucessão entre aspas, de contratação de uma nova pessoa para selecionar, isso é feito por uma equipe da Fundação que a pessoa que está sendo substituída não faz parte, não participa.

L.O. – Pode ser bom, pode ser ruim. [risos] Não, é porque, de alguma forma, você tinha mencionado a importância dessa montagem...

A.V. – O que eu mencionei um pouco é o seguinte: Se a gente tem uma história do escritório da Fundação Ford no Brasil, cada uma das iniciativas, vamos chamar pela terminologia que nós temos hoje, cada uma das iniciativas da Fundação Ford tem uma história também. Exatamente essa, que eu participo, tem uma história que remonta pelo menos uns vinte ou vinte e poucos anos, alguma coisa assim. Nessa iniciativa, mais recentemente, eu acho que o Anthony foi muito importante em fazer o desenho de algo que permaneceu muito, que se enraizou, vamos dizer. Mas isso, aquele momento, tinha sido há sete ou oito anos antes que ele tinha saído. Depois foi o Gabe López, o Gabe deve ter ficado seis ou sete também.

L.O. – Então é possível que a gente não...

A.V. – Mas isso eu tenho os dados para vocês.

L.O. – Bom, nessa área nós lemos, de um lado, o artigo dele nos 40 anos e lemos este seu programa aqui que é de 2005. Então nós estamos um pouco atrasados nas questões, mas você vai nos atualizar. Em um desses, eu acho que foi no artigo do Anderson, ele fala que houve um relatório de Shepard Forman em 1978 quando começa haver uma crítica aos programas anteriores. Porque no caso, a Fundação Ford esteve envolvida lá nos tempos de origem a, vamos dizer assim, dar apoio ao programa de...

A.V. – Revolução Verde.

L.O. – É, Revolução Verde.

A.V. – A famosa Revolução Verde. Isso aí desde o início da década de 60 até todo apoio dado à Viçosa, aqui, veio muito desse grupo, vamos dizer assim, dessa linha. Então, nesse mito de origem dessa iniciativa aqui no Brasil o Anthony, de uma forma correta, traça uma linha que vem desta linha aí. Por quê? Porque nós nos sentimos parte de uma iniciativa que teve um momento que estava muito isso... E é muito interessante por várias coisas, não é? Uma em termos do conteúdo – o que foi Revolução Verde naquele momento e continua sendo hoje. Outra, como é que a Fundação se comportava como uma agência que se imaginava levando tecnologia, não é isso? E a Revolução Verde é basicamente um pacote tecnológico e como um pacote. Então ela se imaginava naquele momento assim, e disseminando tecnologia em vários países do mundo e etc, e *uma* tecnologia. E o que eu acho bem interessante é o seguinte: é como que a Fundação ela chega um momento que ela faz uma revisão disso e uma crítica àquele modelo. Mas sem dúvida. Isso da crítica ou da autocrítica nesse caso eu acho interessante também, por quê? Porque eu acho que foi uma autocrítica que a profundidade dela, eu diria, em parte em relação ao conteúdo e uma outra parte é em relação à forma de ação, ou à forma de se pensar uma agência filantrópica ou uma agência de cooperação internacional. Porque no primeiro momento era uma coisa muito assim: você tem o pacote tecnológico que, entre aspas, você vende, que você coloca para diferentes países. Então, você precisa de um conjunto de tecnologias modernas com agrotóxicos, com defensivos – aí dependendo se ser pró ou contra – e etc, para você produzir mais alimentos e a questão básica é você estar produzindo mais alimento e tudo isso. Que vem a se reproduzir *agora* na África com uma parte da filantropia e

da cooperação internacional. Que volta a levantar essas bandeiras que estavam sendo levantadas naquele momento, na década de 60 e de 70.

L.O. – É. Você tinha uma, vamos dizer assim, teoria da modernização que informava essa proposta, não eram as proposta porque...

A.V. – Exatamente, exatamente.

L.O. – E se você tivesse uma tecnologia você conseguiria... para ter a tecnologia você tinha que ter quadros capacitados, para ter quadros capacitados você tinha que dar bolsas, formar essas pessoas e levar essas pessoas para fora. Nesse sentido, o modelo da universidade lá em Viçosa é um...

A.V. – Agora, você pegou - é interessante isso, só pra realçar - uma parte disso, vamos dizer assim, que teria a ver com formação de elites em diferentes áreas ou tudo isso e tal. Só que naquele momento associado a isso tinha um pacote tecnológico mesmo, no sentido mais estrito do termo. Então, isso que é uma coisa que tinha e que volta hoje para África, não via Fundação Ford, mas outras agências ou fundações. Isso é curioso. E o que eu acho que houve naquele momento foi uma crítica muito grande a essa ideia do pacote, de você ter um pacote que o que é bom para Uganda é bom para o Brasil como é bom para... Não, espera aí! Isso naquele momento era muito forte nessa área, principalmente nessa área.

L.O. – E na outra que nós não estamos falando aqui, mas também de saúde pública, reprodução da mulher, etc?

A.V. – Naquele momento, se quiser fazer uma história disso como vocês viram lá, a Bemfam também era apoiada com controle de natalidade. Tudo isso, vamos dizer, era uma época que...

L.O. – Eu vou fazer aqui um papel de advogada do diabo. Tudo bem, têm as críticas ao pacote ou às consequências não esperadas do pacote, que esse relatório do Shepard Forman critica a questão de concentração de terra. Agora, se não fosse isso como é que o Brasil estaria exportando *commodities* hoje para a China? [riso]

A.V. – É, aí eu diria assim: “Sendo bem otimista, vai ver que o Brasil estivesse com um papel mais importante exportando *commodities* orgânicas”. Que fariam uma diferença razoável. [risos]

L.O. – Mas aí a gente teria que ter uma conversa dos pró e contra, não é? [risos]

A.V. – Agora, por isso é que nessa conversa e nessa crítica ou autocrítica o que eu gosto mais, vamos dizer, é menos o mérito, porque o mérito você pode questionar a qualquer momento: Não, você está falando que aquilo é um pacote tecnológico e tudo isso, *mas*, quando vocês, hoje, apóiam um programa de direitos humanos ou direito a terra, você de, um certo modo, pode pensar também nisso como um *pacote* não tecnológico, mas um pacote político etc. Não é isso? Então...

L.O. – Para não entrar nas cotas... [riso] Por que é a mesma coisa...

A.V. – Para não entrar nas cotas... Dito isto, o que eu diria é o seguinte: o que eu li esta crítica ou autocrítica foi muito mais na ideia que... Veja, qualquer coisa que se pense como um programa global ou internacional, não existe esse programa global ou internacional que dê certo ou seja interessante para todas essas situações onde a Fundação Ford está. Pronto, eu acho que vem um pouco por aí. Só para não deixar as cotas de lado. E como eu estive envolvido no apoio via esse programa, uma parte desse programa, em apoio à processos relacionados a acesso de indígenas e de comunidades tradicionais a universidades. Isso eu achei super interessante, é que quando você pega em diferentes países ou regiões o apoio que a Fundação Ford dá em relação à processos que permitem de diferentes grupos sociais nesses diferentes países, têm duas coisas que me chamaram atenção: uma é que não existe um modelo de cota em todos esses países, e um outro ponto; a delimitação de qual seria este outro grupo que se deveria proporcionar o acesso também não é única. Então, essas duas coisas eu acho super interessante olhando para o geral. E aí, esses países eu estou falando pensando na Índia, na África do Sul, Brasil, Chile. E aí é bem interessante, porque eu acho que tem uma tensão entre isso e acho que é uma tensão que vai ocorrer em várias outras iniciativas da Fundação, de você

de uma coisa que é chamada de iniciativa global e como ela é desenvolvida em diferentes países ou regiões.

L.O. – De alguma forma tem que ser traduzida, deglutida...

A.V. – Traduzida e ela influencia o que está lá. Não é uma...

L.O. – Mas vamos voltar aí isso. Uma das coisas que eu notei é que determinadas situações ou momentos ou o que seja têm os consultores. Você, por exemplo, aqui no assunto, as pessoas que foram convidadas a fazer um relatório... Como é que você vê isso? Isso você escolhe, ou isso é comum em determinados momentos ou quando você está iniciando na sua função...

A.V. – Neste caso, em termos de um... Existe um processo de seleção. Durante o processo de seleção você passa por uma série de painéis etc. Nesses painéis as pessoas que te selecionam, então aquele grupo, sabem um pouco também das suas ideias, do que você está imaginando desenvolver se for contratado. Isso é um ponto. Quando você é contratado efetivamente, você pode contratar um determinado número de consultores para produzirem *papers*, ideias e etc, sobre temas que você acha que deveriam ser desenvolvidos naquela iniciativa que você vai coordenar. O papel que esses consultores têm, vamos dizer assim, é cobrir áreas que você acha que, olha “isso é importante que eu saiba para eu poder estar formulando melhor exatamente o que a Fundação Ford estará fazendo aqui”. Então eles são importantes sim. Por exemplo, quando o Anderson, que é o Anthony Anderson, naquela época cita aquele relatório e tudo isso, é porque foi um relatório de um consultor que influenciou todo o desenvolvimento de um programa no Brasil. Agora, isso não significa, de modo algum, que exatamente o que os consultores estão produzindo vá ter essa influência direta. Não.

L.O. – Quer dizer, é um recurso, de alguma forma, que você pode usar para se informar mais, conhecer mais. Está certo.

A.V. – Para mim foi fundamental, porque eu aprendi muito em termos do que eu achava... Para mim, não só para mim, para outros e para a Fundação, o que também é muito importante, é você tentar localizar qual é o nicho institucional que a Fundação tem em relação aquele tema,

ou em relação aquele campo. Frente a outros doadores, a governo, às ações que já acontecem naquele campo, exatamente aonde que a Fundação poderia contribuir melhor ou mais. Então acho que esse é um ponto também que os consultores são fundamentais: é você entender... por exemplo, para pegar nesse caso, em relação à chamada questão indígena no Brasil. O que está acontecendo? Qual é o estado da arte disso e tudo mais? Você ter um consultor que possa elaborar, produzir algo sobre a visão dele sobre isso você, no mínimo, tem a chance de balancear a sua visão sobre aquele assunto. E em outras temáticas é você aprender mesmo: “Opa, então é isso que está acontecendo”.

L.O. – É, porque aí, por exemplo, ele, ou você, menciona desde a consultoria do David Maybury-Lewis lá no passado, depois a consultoria de João Pacheco, que é um especialista em questão indígena. Porque aí eu diria o seguinte: em que momento desta conversa, vamos dizer assim, a questão indígena entrou como mais relevante? Porque você pode lidar com a questão da Amazônia de quinhentos mil ângulos possíveis, não é? Desde os povos tradicionais, no sentido dos que estão lá... Caboclos. Você pode cuidar do problema do reflorestamento, várias coisas... E quando é que questão indígena assumiu uma...

A.V. – É. Para mim, o que houve, se tentar fazer uma história rápida de tudo isso, eu acho que têm dois cortes, que são cortes importantes. E aí eu acho que tem um que a gente tenta fazer, aí o “a gente”, quando eu digo, quando eu entrei com esse grupo tanto aqui quanto em Nova Iorque e tudo isso. Uma que tem um momento, voltando àquela historinha que eu lhe disse a pouco, nesta iniciativa ou no programa que era desenvolvido aqui que se pensava que a questão básica era relacionada à produção. Isso é bem é a Revolução Verde. Então você tem que resolver os entraves da produção para resolver a questão da pobreza, a questão seja lá o que for. Você tem um corte em relação a isso daí e você começa a ver que existem algumas questões estruturais, ou processos estruturais que tem a ver com distribuição ou redistribuição da terra. Pronto, isso já é um grande corte aqui. Quando você tem esse corte - isso é uma leitura que eu estou fazendo tá? Só para precisar bem, que não é exatamente o que está ali. Então quando você tem esse corte, aí você começa a tratar sobre reforma agrária ou questão agrária. Não é por acaso que a Fundação Ford começou a apoiar e apoiou em momentos chave a Abra. A Abra lá no momento da ditadura, as publicações eram apoiadas pela Fundação Ford, que levantava a questão agrária e etc. Como questão agrária, a construção de uma questão agrária

de redistribuição. Quando a Fundação começa a se aproximar mais com questões ambientais, meio que em paralelo a isso daí. Existe também a afirmação de uma questão indígena, aí não mais como uma questão agrária ou uma questão agrária só. Aí, diria eu, já com uma ideia de iniciativas que reforcem questões multiculturais. Você se quiser usar o modelito da Nancy Fraser... A Fundação vinha, depois de um primeiro corte, apostando muito em processos de iniciativas de redistribuição, no caso de terras e, em paralelo a isso, começa também a pensar em processos que tem a ver mais com afirmações identitárias e que vão ser lidas em relação a isso. Essas afirmações identitárias e uma série de programas da Fundação e de outros vão pegar, por exemplo, a questão de gênero. Em relação ao acesso a terra, aí os indígenas são os primeiros que surgem. Então você continua com algo que tem a ver com reforma agrária, com questão agrária e tudo isso, e os indígenas vêm, já fazendo uma interface com a questão ambiental de florestas. Então já entra o indígena com questões de florestas. Este diálogo e essa entrada geram uma tensão, que eu acho que foi bem interessante, foi produtiva, entre a questão indígena e a questão ambiental. Porque naquele momento, quando a Fundação Ford, aqui e em outros países, estava muito apoiando a afirmação identitária e política dos indígenas e a luta pelos direitos territoriais indígenas, também começava apoiar várias iniciativas em relação à conservação de florestas. Só que o modelo de conservação de florestas naquele momento, era o modelo de conservação de florestas via áreas protegidas como nos Estados Unidos. Isso o modelo não do Brasil, isso o modelo do conservacionismo internacional, parque de *Yellowstone*. Isso aí dos ursinhos e tal, sem gente não é isso? Aquela história de proteger sem pessoas. Quando você vem principalmente para os trópicos, floresta tropical úmida, Amazônia, ou Indonésia, ou tudo isso, que são florestas povoadas, você já tem uma contradição aqui entre afirmação de direitos indígenas e conservação. E a Fundação vai tentar operar exatamente nessa tensão. Aí começa a apoiar com intensidade, continua apoiando o processo em relação à reforma agrária, mas começa a apoiar com maior intensidade direitos indígenas e direitos territoriais indígenas e novas formas que buscassem conciliar via acesso a terra ou maneja da terra, o uso da terra, conservação e os direitos das pessoas. Então, vamos dizer assim, que isso tem uma construção de um nicho que tem a ver com isso. Os indígenas começam a ganhar força, tem a ver com a Fundação aqui, mas com uma dinâmica internacional também; tanto do movimento indígena quanto do sistema ONU – dá para traçar um paralelo em relação a isso – muito com uma aproximação de direitos. Aqui no Brasil várias doações foram feitas, dá para ver isso no período pré-constituição de 1988 e pós, em relação aos direitos indígenas, sem a

menor dúvida, não é? Só que, já naquele momento também prestando atenção aos novos grupos que surgiam afirmando identidades na floresta, os chamados povos da floresta. Naquele momento a gente já tinha uma coisa que era um apoio a processos relativos à terra, à afirmação dos direitos territoriais indígenas sim, e aí ganha uma relevância aqui, e essa relevância fica maior quando esses direitos estão na floresta úmida, que era vista naquele momento como um lugar de conservação e com extensões imensas que os indígenas estavam demandando direitos sob. E junto com isso daqui às doações que tem a ver com essa ideia de povos da floresta que têm direitos, são sujeitos de direitos, que aí entra o grupo do Chico Mendes que produz o conceito de *resex*, de reserva extrativista como uma unidade de conservação que permite o uso e a afirmação dos direitos dos grupos que lá moram. Então esse um pouco que é o quadro que isso surge. Agora, naquele momento tinha uma ideia muito forte de ao mesmo tempo que se fazia ou se pensava na afirmação dos direitos territoriais desses grupos, o manejo florestal e tudo que tinha a ver com manejo florestal tinha um peso muito grande de tentar imaginar isso. Então esse que foi um quadro. O que eu acho que houve um corte, que aí a gente tentou empreender era o seguinte: “Tudo bem, isso aqui foi muito interessante se conseguiu muito. Agora, essa diversidade de reconhecimento de novos sujeitos políticos demandando uma certa terra é maior do que essa que foi identificada naquele momento”. Então esse que foi o primeiro ponto, de não pensar, entre aspas, “só em sem terras que demandam terra e indígenas que demandam terra ou extrativistas que demandam reservas extrativistas” e ampliar isso para outros grupos sociais que também estão demandando esse acesso. E deixar um pouco de lado o manejo entendendo que no caso da Amazônia existia mais, mas ainda existe muito, uma falta de destinação a mais ou menos metade da Amazônia em termos de terra... Explicando isso de outro modo, hoje quarenta por cento da Amazônia se reconhece como terra sem dono, ou seja, como terra que não tem seja um título privado ou um título público que diga da destinação daquela terra. Então era uma área que, vamos dizer assim, que a posse da terra, propriedade da terra, [INAUDÍVEL] da terra era fundamental que se pensasse ou em desenvolvimento ou em conservação. A gente só realçou mais isto, deixando o manejo um pouquinho de lado, e tentamos também olhar, não só para esses três grupos, mas para os outros grupos identitários que surgiam naquele momento – e aí a gente abre para uma série de quilombos à quebradeiras de coco e vários outros.

L.O. – Acho que você fez uma boa trajetória para a gente entender...

A.V. – E aí tinham os cortes que cada um vai fazendo no...

L.O – Pois é, por exemplo, vou pegar aqui o seu. Vou fazer as minhas perguntas que são do tipo provocadoras. Muito interessante, mas os dois principais objetivos aqui de acesso à terra de populações de baixa renda nas comunidades tradicionais e agenda sócio-ambiental nas comunidades, em vilas e cidades... Somente o campo e a cidade, mais nada. [riso] Vocês não cuidavam do sobrenatural...

A.V. – Está implícito. [risos]

L.O. – Está bom. Porque eu olhei e falei: “Simplesmente ele está propondo que vai cuidar de uma questão, todas duas enormes, complexas e etc”.

A.V. – E com dois milhões e meio de dólares por ano.

L.O. – Exatamente. Outra pergunta, porque eu fui lendo e fui anotando. Aí eu falei: “Amazônia, um sítio arqueológico de relações sociais vivas ali. Aquele laboratório. Todo mundo fazendo suas experiências. Tudo acontecendo. Um desafio enormes dimensões, muito acima dos recursos, das possibilidades da Fundação Ford. [risos] Mesmo que tenha centrado no arco do desmatamento”. Vocês foram tendo que focar nesta problemática, questão enorme, vocês foram escolhendo. Então arco do desmatamento que é uma área pior, terrível.

A.V. – É do tamanho de um Texas, como eu falo com colegas.

L.O. – Envolve pedaços de cinco estados...

A.V. – Sessenta milhões de equitares.

L.O. – Também fiquei pensando: Será que vocês não estavam tomados pela experiência do Acre que é complexíssima? Mas ali você tinha uma ação dos movimentos sociais, você teve um governo do estado que assumiu junto, entendeu? Vamos dizer assim, é um laboratório mais fechado, embora tenha ali...

A.V. – Muito mais...

L.O. – São cinco partes de território, de cinco estados. Então, a minha sensação de quem está olhando de fora, eu falei assim: “É um desafio grande demais”. Só tente responder a isso ou como é que você vê isso.

A.V. – Uma para dizer que você está inteiramente certa. A outra coisa, que é o que me fascina mais é que, às vezes, quando a gente escreve um texto ou faz uma coisa dizendo: a Fundação está apoiando isso ou aquilo. Às vezes eu acho que nós exageramos muito ou superestimamos qual o papel que a Fundação Ford tem. A única coisa que compete com isso é quando a imprensa diz que a gente tem um papel maior ainda do que esse, que eu morro de rir. Então, quando eu leio no editorial: “A Fundação Ford inventou os quilombos no Brasil”. Eu falo: “Nossa!”

L.O. - Que capacidade... [riso]

A.V. – É isso aí, então Lúcia Lippi fale para ele qual é o... Entendeu? [risos] Exatamente. Se eu tenho a capacidade...

L.O. – Completamente [INAUDÍVEL] com dinheirinho [INAUDÍVEL] ou conhecia duas pessoas através...

A.V. – Completamente [INAUDÍVEL] com dois milhões e alguma coisa... Então, você está inteiramente certa. Dito isso, deixa eu retomar para a questão que está colocada. Aí é que eu acho que é o barato que a Fundação Ford proporciona e que algumas outras agências não. Nesse universo todo, nessas questões todas, o que eu acho que a gente está tentando afirmar é um pouco o seguinte: a Fundação Ford vai contribuir para... Nesse contribuir para em um país como o Brasil, isso significa necessariamente uma: é de você reconhecer que você é um ator institucional, que é pequenininho frente aos outros que estão aí. Mas que, apesar disso, se você conseguir identificar bem instituições aqui com projetos que estejam na fronteira da produção do conhecimento em relação àquela temática, você pode vir a fazer a diferença, sim. Então,

vamos dizer, isso é a crença que está por detrás disso daí. Então, isso é interessante, porque isso que você está falando, exatamente nisso daqui, a ideia aqui era ter um, utilizando uma terminologia mais recente, foco. E até a ideia quando se diz assim: “No arco do desmatamento e etc” está dizendo mais ou menos assim: “Vamos trabalhar na fronteira”. Quando a gente diz a fronteira, até tem um trequinho lá que eu digo, fronteira aqui entendendo como fronteira física e uma fronteira do conhecimento. A gente não está entendendo só nisso daí. O que eu estou querendo dizer com isso? Basicamente o seguinte, só para pegar um caso: das universidades. As universidades com linha de pesquisa de Capes, do CNPq e etc. A Fundação vai apoiar um projeto de análise, de pesquisa sobre algo que é uma linha da Capes, do CNPq ou de algo assim? Óbvio que não. A gente tem que ver exatamente o que, em relação àquela temática, não é apoiado hoje e que certamente vai vir a ser apoiado amanhã, e tomara que seja, não é? Então você identificar qual a doação que vai provocar uma leitura nova de uma realidade que vai possibilitar que isso seja feita... Então esse daí é um ponto. O outro ponto, em relação a como tentar influenciar ou fazer a diferença com temáticas tão amplas, no nosso caso específico dessa iniciativa, era a ideia de concentrar as doações em uma sub-região em que você pudesse estar influenciando. Aí você disse bem, no caso do Acre, concordo com a sua análise, mas no momento quando a Fundação começa a apoiar as coisas no Acre, a coisa estava complicada lá. Depois é que se desenrolou...

L.O. – O Hildebrando resolvia as coisas com a serra elétrica... [riso]

A.V. – Exatamente. Então tinha uma coisa meio complicada. Agora sem dúvida a gente tentou fazer isso. Quando a gente vê o que exatamente foi feito disto, não se conseguiu fazer a mesma coisa no arco do desmatamento todo. Não. Se conseguiu fazer um pouco mais no oeste do Pará, que foi importante ou tem sido, porque é uma área muito crítica em relação a todas essas temáticas. Esse é um ponto. O outro ponto é que, mesmo com esses enunciados... Isso foi muito interessante, dando outro exemplo e de uma área que não continuou, que não evoluiu, que parou no tempo, parou depois de cinco anos ou algo assim. Essa história das cidades pequenas e médias, não é? Para você ver como é que as coisas ocorrem. Dentro desta iniciativa mais geral, vamos dizer esta subiniciativa, ela era uma iniciativa que se pensava como exploratória, como algo que vai ser apoiada... Então algumas doações foram feitas para universidades, para ONGs etc. Ocorre que isso estava ocorrendo e nós estávamos envolvidos com isso, quando o

Ministério das Cidades tinha acabado de lançar um edital para elaboração de planos diretores municipais no país. Como a gente estava envolvido nisso, a gente conseguiu ter uma conversa com o Ministério das Cidades e o Ministério das Cidades entendeu, com essa conversa... E o “a gente” aí não é a Fundação Ford, é a Fundação Ford com a universidade, a ONG apoiada pela Fundação que está trabalhando com isso. O que a gente conseguiu e gerou um acordo com o Ministério das Cidades. O Ministério das Cidades entendeu que aquele edital funcionava muito bem para o país, mas não para a Amazônia. Por quê? Porque os municípios da Amazônia não conseguiam sequer aplicar para o edital no formato como ele estava. E o que eles estavam imaginando que eram planos diretores municipais para o Brasil, até podiam servir para o Brasil, mas a situação dos municípios da Amazônia era completamente outra. As doações que a gente fez e outras que a gente fez depois, elas serviram para alterar o edital com vistas a ele ser apropriado à situação dos municípios da Amazônia e várias doações foram feitas como complementares ao processo que o Ministério estava desenvolvendo. Então ocorreu que com essas doações se conseguiu fazer com que o Ministério se aproximasse de outro modo em relação à situação da realidade da Amazônia. E isso foi com pouquíssimo dinheiro.

L.O. – Sei, sei. É, porque Santarém, Altamira, Alta Floresta e Humaitá. Aqui tem isso, vamos nos centrar em alguma necessidade maior...

A.V. – Acabou que a gente tirou algumas outras e ficamos...

L.O. – Então isso acabou, vamos dizer assim, sendo abandonado por que outra agência, como o Ministério das Cidades, estava assumindo [ou isso]⁴ ainda tem hoje?

A.V. – Não, não. Eram duas coisas aqui. Essa iniciativa tinha essas duas, como é chamada aqui *goals*?

L.O. – É.

⁴ O mais próximo do que foi possível ouvir.

A.V. – Essa história das cidades pequenas e médias e do mosaico de acesso à terra. Essa daqui das cidades pequenas e médias durou quatro anos, mas não foi porque o Ministério mudou. Porque a Fundação passou por uma transformação interna e nós tivemos que diminuir o número de iniciativas. Foi aquele processo da Fundação acabar com as trezentas e ficar com trinta e cinco. Aí esta outra aqui foi excluída. Foi basicamente isso. Agora, o que houve, no nosso caso, é que dessa sub-região toda, chamado “Arco do desmatamento”, nós concentramos mais as doações no oeste do Pará. Agora, sempre quando se fala isso de concentrar mais as doações, é sempre pensando também que uma doação que era feita lá tinha alguma coisa que também era feita mais nacionalmente. Porque a ideia também era o seguinte, vendo qual o tamanho da Fundação Ford qualquer coisa se faz em um país como o Brasil ou você está fazendo pensando em políticas públicas, etc, ou você não consegue fazer nada. Sendo do tamanho que a Fundação é e com o orçamento... Não é um país como Honduras, não é menosprezando de jeito nenhuma, mas você com dois milhões dólares lá é uma coisa aqui é outra coisa.

L.O. – Me diga uma coisa, de alguma forma você já foi falando isso. Você olhando essa experiência, quer dizer meio ambiente, desenvolvimento, auto-sustentabilidade, essa vertente mais recente. Você já falou um pouco, mas qual seria a diferença da atuação da Fundação Ford frente a outras agências internacionais?

A.V. – Isso é interessante pelo seguinte... Até tem um textinho que eu vou mandar lá, que esse eu escrevi antes de entrar na Fundação. Quando a gente pensa no Brasil, a Amazônia é onde se pode, com uma propriedade maior dizer que, existe cooperação internacional governamental com o governo brasileiro. Para outras regiões não há, é *para* a Amazônia, por uma série de motivos. Uma outra coisa, que também é importante é que a cooperação internacional, principalmente a partir de 1992, vem sendo organizada pelo governo brasileiro, coisa que não acontece em vários outros países. Isso eu acho que é uma coisa ótima, é excelente. Então quando o governo brasileiro cria o programa piloto de proteção às florestas, G7 (grupo dos sete), cria um instrumento que formata a cooperação internacional governamental, que passa a ter o controle do governo. Então não são iniciativas isoladas. Quando, mais recentemente, o governo cria fundo Amazônia e outras iniciativas. O que é isso? São iniciativas que o governo faz para controlar. Eu acho que é o correto tanto do ponto de vista de brasileiro olhando isso como do ponto de vista também de fazer algo que funcione, porque você cria a possibilidade de ter uma relação maior com políticas públicas. Nesse contexto de uma consertação da

cooperação em relação a Amazônia e uma participação do governo nisso, o que existe de cooperação privada para a Amazônia é muito mais com olhar sobre a Amazônia com o viés da conservação ou da proteção da floresta. Vendo a Amazônia muito mais como o *ambiente* do meio ambiente em *stricto sensu*. O que eu acho a Fundação, frente a essas outras agências privadas de cooperação, traz, de um modo inequívoco, o olhar sobre a Amazônia como o lugar de afirmação de direitos de povos e de comunidades. Esse daí que é um ponto. E tentando contribuir para a afirmação desses direitos em relação à proposta de desenvolvimento sustentável. Então não se olha a Amazônia com olhar de conservação. Se você olhar isso frente a um fluxo de recursos muito grande... Tudo isso de grande ou pequeno comparativamente à cooperação internacional ou à filantropia internacional para a Amazônia é um recurso muito grande. Para áreas de conservação aí eu acho que isso vira algo importante. E acho a Fundação passa a ter um nicho importante na cooperação, como também o Brasil vai influenciar a Fundação na formulação dessas questões. Porque isso que eu acho é interessante dessas agências, não é? Não tem uma... Isso você vai ler nos documentos da Fundação. Só para pegar um conceito: socioambientalismo. Esse conceito tem o DNA do Brasil, de ONGs, de pesquisadores, de universidades e de movimentos sociais do Brasil. O socioambientalismo, depois que ele é produzido aqui, é apoiado pela Fundação. Mas não foi a Fundação que produziu, porque nos Estados Unidos não estavam produzindo um conceito como esse, como não estava na África, na Ásia e etc. Agora, quando a Fundação tem contato com isso, com todas as implicações, quer dizer: “Meu Deus, isso é uma chave de leitura para uma série de situações”. Aí isso passa a influenciar a Fundação.

L.O. – Mas isso significava que de alguma forma, vamos dizer assim, Nova Iorque tem uma coisa porosa, permeável... Porque podia não ser... Falar assim: “Esses subdesenvolvidos, esse oxí da periferia está inventando uma coisa lá que só funciona para eles.” Obviamente vocês mandam relatório, mas encontros, seminários...

A.V. – Não só relatórios ou tudo isso. Por exemplo, quando nós, na Fundação, deixamos de ter trezentas iniciativas para trinta e cinco houve um processo de elaboração dessas iniciativas. Então, quando você lê essas iniciativas foram elaboradas, essas trinta e cinco, você consegue vê marcas que tem a ver dessa diversidade de situações. Agora, é óbvio, tudo isso depende de cada iniciativa, de programa, do que está correndo em tal país ou outro, do que é relevante e

do que relevante que eu digo não é nem da importância que um representante ou que um *program officer* tem em um país. Não. Às vezes você é um *program officer* sensacional, mas o lugar que você está no planeta ou a iniciativa que você está envolvida, naquele momento, não está rolando nada. Isso eu acredito, são as condições sociais da produção, das ideias, do conhecimento e tudo mais. [risos] Calha que no Brasil ocorreram, nessa área, coisas *muito* importantes. Por exemplo, isso eu insisto muito, é criada internacionalmente a famosa Convenção 169 da OIT que vai ser utilizada por diversos povos indígenas, de vários países para garantirem os seus direitos territoriais e de uso dos recursos naturais e etc. Calha que no Brasil, isso é lido pela Procuradora da República que faz uma leitura fantástica dessa OIT que foi aprovada pelo Senado etc e etc, que trata não de povos indígenas, mas de povos tradicionais e do *uso* tradicional dos recursos naturais. Quando você tira o foco de substancializar o direito em um grupo social pretensamente específico, como indígena, e você foca na geração do direito, o uso tradicional, você está abrindo para novos sujeitos políticos que está em consonância com a nossa legislação que afirma direitos de quilombos, de indígenas, de extrativistas e etc. Tudo isso que estou falando é um processo político e uma leitura política *do Brasil* e isso está influenciando outros países e em uma polêmica incrível. Só um exemplinho que tem a ver com isso: na Centro América, os garífunas – que são os equivalentes aos quilombos aqui – para terem seus direitos territoriais eles são considerados e se identificam como indígenas. Aqui não é isso. Esse tipo de coisa é super interessante. Eu volto a dizer isso depende não só da arte ou da [INAUDÍVEL], mas também de onde você está. Porque tem outros casos, por exemplo: aqui mesmo no Brasil, vamos pegar o Brasil no caso da ditadura militar, quando estava no pior momento da ditadura militar. A única coisa que se podia produzir aqui em termos de ideias é formas de resistência à ditadura ou de denúncias da violação de direitos humanos. Mas qualquer outra coisa de tentar influência uma agência como essa com o que estava ocorrendo aqui era muito mais difícil. Então seria uma agenda que teria muito mais a ver com uma certa situação. Quando você está em um outro momento também, você tem uma possibilidade maior. Não sei se eu fugi do que você estava falando...

L.O. – Não, não. Deu pra entender esse assunto sim. E também se nota, mais recentemente, por exemplo, o próprio interesse do governo não só em cooperar, mas de discutir a cooperação internacional. Ele não como receptor, mas como ator da cooperação internacional. O Ipea tem

produzido documentos sobre esse assunto. Porque se o Brasil quer ter um novo papel na América do Sul e no mundo, obviamente tem que estar se preparando também para esse papel...

A.V. – Só para agregar. Nessa linha do que você está dizendo, isso tem a ver com o novo lugar do Brasil e o desenvolvimento que está ocorrendo no Brasil, não é? É sabido, a filantropia nacional é *muito* mais importante no Brasil e em vários outros países do que a filantropia internacional. Só para pegar um subgrupo da cooperação internacional. O que eu estou chamando de filantropia nacional? Se você pegar o orçamento da Fundação Vale, do Fundo Vale, é *muito* maior do que o da Fundação Ford. Se você pegar o orçamento da Fundação Banco do Brasil é *muito* maior. Se você pegar um edital de meio ambiente da Petrobrás por ano é *muito* maior do que toda cooperação internacional do *mundo*, na Amazônia, não é nem na Amazônia brasileira, na Pan Amazônia. Ou seja, é isso que você está dizendo. Então uma, tem uma filantropia nacional que tem a ver com o desenvolvimento das empresas, com o país que está gerando mais riquezas e que cada vez é mais importante dentro do Brasil e fora. E, o que você disse, a ABC agora é uma agência brasileira de cooperação que está olhando para o que vem, mas também para o que o Brasil pode fazer e pode desenvolver nos outros países.

L.O. – E aí, vamos dizer assim...

A.V. – Perdão, interrompendo você. Um dos debates que eu acho que nós, no Brasil, vamos enfrentar nos próximos anos é como a filantropia brasileira vai atuar fora do Brasil, em países que as empresas que elas estão relacionadas tenham interesse ou estejam operando. Isso vai estar colocado, se ainda não está.

L.O. – É, deve ter. Eu vi coisas lá dentro do Ipea, entendeu? Eu entrei lá no site, comecei a ver e falei: “Mas isso é uma agência do governo pensando essas questões, cooperação internacional...”

H. A. – E como é que você acha que vai ser o diálogo da Fundação Ford com essa filantropia nacional?

A.V. – O diálogo já existe. Dentro da Fundação a gente vem tentando - e aí o a gente, nós da Fundação - já há pelo menos uns doze anos, estabelecer este diálogo. E a Fundação apoiou a criação com doações, do GIFE, que é exatamente a associação que trata da filantropia nacional no Brasil. E é isso, cada vez mais a gente tem um diálogo maior e cada vez mais fica claro que em termos de orçamento que a gente maneja, nós somos...

H.A. – É, porque eu lembro da Denise citar exemplos de, e Ana Toni também, de intenção de estimular novos fundos brasileiros nas áreas de direitos humanos e tal. Mas, no caso, com essas...

A.V. – É, tem duas coisas aí. Só para decupar o que elas falaram aí, porque elas devem ter falado exatamente o que vou falar aqui. É mais ou menos o seguinte: tem uma coisa que é o desenvolvimento de uma filantropia nacional, que são essas fundações e etc. Tem uma outra coisa que é a qualidade dessa filantropia. Você pode ter uma filantropia sim, você tem leis de incentivo que cobram um pouco disso, outras menos. Mas que, vamos dizer assim, não tem uma agenda própria, fica uma agenda muito mais associada ao departamento de marketing de uma empresa do que exatamente de uma filantropia ou, que é o termo que o GIFE gosta de usar: “investimento social”. Então uma coisa mais estratégica. Uma coisa tem a ver esse dialogo sobre isso, esse é um ponto. Um outro ponto é o seguinte: relacionado a ou em paralelo a criação de fundos para apoiar temas ou sociedade civil para se tentar dar à sociedade civil uma sustentabilidade financeira e uma autonomia maior. Isso são duas coisas, não é exatamente a mesma coisa, não é? Então, um Fundo Brasil de Direitos Humanos, um Fundo Dema e etc são instrumentos que se relacionam com a filantropia, mas de uma forma que é autônoma. E aí, só para você ver um dos grandes nós que a gente tem no Brasil é que a gente não tem uma legislação que garanta a existência de *endowments funds*, fundos fiduciários. Isso é algo que está sendo debatido até a criação. Então, você pode criar um fundo sim, você pode criar um fundo que se pretenda fiduciário sim, mas você não tem uma legislação que garanta isso. Você tem que criar isso através de contratos civis e etc, para fazer isso acontecer. Qual a importância disso? A importância disso é porque uma boa parte da filantropia internacional, vamos dizer assim, foi criada a partir da ideia de ser fundos fiduciários, que são fundos que garantem a permanência daquela instituição independentemente de mudanças, não é? A instituição não passa a depender de uma doação, a cada ano, da ou da pessoa que a criou. Ela fica autônoma

com o fundo que tem, que vai gerar a receita para ela fazer as doações e continuar a existir. Então, elas eu acho que estavam mais dessa parte que é fundamental e acho que tem tudo a ver com tudo isso mesmo.

L.O. – Uma coisa que eu... Um pouco observando até a trajetória... Minha amostragem é pequeninha, são esses três, mas... E lendo coisas... É interessante que você olha... Eu estou pensando nos quadros de vocês, que é muito interessante. Porque, vamos dizer assim, estão em uma instituição, são quadros migrantes, mas de instituições de um certo tipo que são essas internacionais. O livro sobre GTZ ela também vai mostrando, quer dizer, a pessoa é um especialista na área, mas também já trabalhou em uma agência, no caso ali governo alemão, sobre outra área. Vocês formam um conjunto de profissionais especialistas, mas com generalização possível, que vão conformando a atuação dessas agências. Isso é uma visão um pouco exagerada disso? O que eu estou pensando assim, você veio lá da rede Amazônia e aí entra para a Ford, quer dizer, *pode* entrar para a Ford, porque você tem um capital de conhecimento, de experiência política, de estar nesse meio, por isso você entra. Isso significa, desculpe-me lembrar, quando você estiver saído da Ford, você também vai ter um campo onde você vai poder atuar. Porque isso é uma coisa global, vamos dizer, é uma elite transnacional.

A.V. – Vamos lá, você colocou várias coisas. Eu resisto a me considerar parte disto que você está falando. Eu resisto. Então eu vou reagir, vou criar uma historinha que me afasta disto. Mas, existe um projeto que é coordenado pelo Ian - que é um holandês que está vinculado a uma universidade que está baseada em Londres, London School of Economics – e que tem uma contra parte do projeto até aqui no IPPUR, que mais ou menos trata do que se poderia chamar de elites transnacionais de sociedade civil, não é nem de cooperação. É uma aproximação interessante. Agora, existe uma coisa... Se a gente pensar um pouco nas burocracias... Vamos pensar se o Weber estivesse olhando tudo isso, eu acho que existe uma coisa nova, um tipo de profissional novo, que tem a ver com o sistema ONU, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, FAO, toda uma burocracia que é criada sobre isso. E como eu estudei um pouquinho essas histórias de Banco Mundial, criação de Banco Mundial, tem um livro que é muito bom que não vou saber dizer o nome aqui, depois passo a referência, que mostra muito bem como é que no período do pós-guerra, tanto a burocracia do sistema ONU como do sistema de *Bretton Woods*, ela é criada com a burocracia que vem do sistema colonial. Então você tinha

já uma burocracia do sistema colonial. Perde emprego uma parte, [riso] no pós-guerra e vai continuar a perder o emprego. Agora, de todo modo, você tem uma burocracia do como fazer ou tudo isso que vai ocupar posições chaves tanto no sistema ONU como no sistema de *Bretton Woods*.

L.O. – Ele já sabia, já tinha o *know-how* ...

A.V. – Já tinha o *know-how*, de pensar tanto na formulação e tal. E nesses dois, acho que até mais no sistema de *Bretton Woods*, mas no sistema ONU também. Então, eu acho que no pós-guerra você constitui sim um profissional de cooperação internacional, sem dúvida. Agora, nisso a gente está falando de cooperação internacional multilateral, que é sistema ONU, *Bretton-Woods* e tal, e cooperação internacional governamental bilateral. Acho que você tem isso. Em cada país você vai ter isso. O DFID é um braço do governo britânico e aí você tem uma carreira, a pessoa sai do PNUD, vai para o PNUMA, volta para o não sei o que, sai do sistema ONU, vai para outro lugar e etc. Então você tem isso. Quando a gente passa para a filantropia barra cooperação internacional privada você pode ter algumas interfaces com esse grupo aqui ou com esse profissional, mas são interfaces. Esse é um grupo também que gera uma identidade própria. E aí eu concordo com você, tem um conjunto de profissionais que vive para e vive disto, e que constituem um campo. Então você vai ver muito isso: a pessoa foi da Fundação Ford depois vai para a Rockefeller ou depois... Sim, você tem uma carreira que você vai ter nisso daí e tal. Então tá.

L.O. – Tem pessoas, por exemplo, a [INAUDÍVEL] no caso norte americano...

[FIM DO ARQUIVO I]

A.V. – Dá pra pensar nessa filantropia internacional ou nacional e etc, que tem uma interface tem, tem uma linha cinza aqui, tem um trânsito, vamos dizer, você vem com o capital do PNUD entra para uma coisa dessas *apesar* disso não ocorrer com a frequência que se imagina, eu acho que o inverso é maior, porque também tem isso, qual é o capital que você trás, não é? Algumas fundações vão valorizar esse capital intelectual, político e etc do sistema ONU, outras não. Outras vezes é o sistema ONU que valoriza e que busca, não é? As Igrejas também têm um

sistema de cooperação internacional e que aí também vai ter alguma interface com a cooperação internacional privada *sim*. Mas também é a mesma coisa, você ser... Padres: adoro a Igreja Católica, mas você ser um padre pode não ser tão valorizado para esse aqui. Agora, você vindo de uma experiência na filantropia privada, você talvez entre em alguma coisa da cooperação de Igrejas ou no caso europeu, como as Igrejas fazem ou praticam a cooperação internacional em alguns países com recursos governamentais, como a Alemanha, então você pode também ter um trânsito da cooperação governamental e da Igreja. Então tem todo esse universo que é fantástico e acho que vale a pena olhar assim, esse é um ponto. O outro ponto é: junto com isso daí você tem... Outra tese, aí essa eu participei da banca, que é sobre a sociedade civil transnacional, que cria também um tipo de profissional, não é isso? Lógico. Então um profissional de ONG e de ONG transnacional. Esse é um outro profissional, não só aqui dentro do Brasil, mas também fora nesse transnacional. Agora, até nessa tese aí a autora, eu acho, vai um pouquinho longe nisso – eu iria um pouquinho menos, ela diz o seguinte: “Mas isso sempre aconteceu... Que o sindicalismo internacional, o internacionalismo dos sindicatos gerava também esse tipo de profissional.” Sim, não tenha dúvida. Agora, você tem uma coisa muito forte. E uma relação desse aqui, de sociedade, com o que a gente falou anteriormente, que é mais estruturado como mercado de trabalho até, não é? Esse aqui de cima, vamos dizer, é mais estruturado e aqui abaixo você também tem menos estruturado. Mas sim, com conversões de capital político, acadêmico, profissional etc para entrada em outro, concordo. O que eu [INAUDÍVEL] tudo isso para dizer que acho que eu não sou típico disso aqui [risos], a minha pretensão é não ser típico. Por quê? Porque eu acho que vim de uma coisa, se se pode pensar uma coisa assim, que tinha a ver com ONGs, mas apesar de coisas de governo ou alguma coisa de universidade, aqui no Brasil e a minha entrada no debate internacional e no campo das redes internacionais de ONG vem muito a partir da afirmação de uma experiência brasileira. Eu nunca fui parte de articulação internacional de ONG via a articulação internacional de ONG. Não, eu era o representante do Brasil lá e por isso eu me sentia a vontade, porque se não fosse isso eu não ia me sentir a vontade. Por quê? Porque eu acho que jogo político é difícil, é muito difícil. É complexo. Eu escrevi um pouquinho sobre isso. Então eu vejo um pouco aqui, no meu processo de seleção, no recrutamento e tudo isso, vamos dizer assim, eu não fui selecionado por estar aqui neste campo da filantropia internacional ou nacional e etc, e que saio da filantropia aqui para filantropia... Não, eu saio de um outro campo para filantropia, é um pouco isso que eu vejo. Acho que talvez a Denise tenha uma trajetória que também... Apesar

da Denise, eu não sei se ela estava envolvida em articulações internacionais, mas ela tem uma trajetória de sociedade entrando na filantropia, não é? Já a Ana não. Aí tem mais de uma organização que era doadora, a [INAUDÍVEL] ActionAid, não é isso? Então aí, vamos dizer assim, tinha uma entrada que...

L.O. – Mas, quer dizer, você entendeu essa questão que... Vai criando, quer dizer, as organizações e principalmente as mudanças nas sociedades precisam e dependem de um grupo que as faz, não é? Vamos combinar, não é.. Então, na outra vez que a gente conversou que você estava assim: “Nós, a gente”, eu perguntava: “Quem?”. Precisa de pessoas, um quadro qualificado que saiba, que conheça o assunto, que tenha esta visão de ambiente, de socioambiental, não é? Não são pessoas que imaginam alguma coisa e aí vão implementar, mas que façam parte dessa coisa. E de alguma forma você, vamos dizer assim, fazer isso, você pode não ter tido a origem, mas quando você tiver saído da Fundação Ford vai ter sei lá quantas organizações e etc vão falar: “Esse cara aqui, eu me interesso por ele, ele já sabe isso”. Bom, vamos dizer assim, uma última coisa...

A.V. – Só uma coisa sobre isso e sobre esse tipo de profissional, pensando mais sobre esse tipo de profissional, da filantropia e de uma Fundação Ford, a Elizabeth Leeds – que eu aconselho também você entrevistar que é fantástica – ela falou uma coisa quando eu entrei, porque eu a conheci quando eu era um donatário da Fundação, um donatário dela. Então a Elizabeth...

L.O. – Quando fala esse nome eu fico..

A.V. – Para não falar *grantee*.

L.O. – Parceiro.

A.V. – Parceiro não, porque tem uma relação financeira.

L.O. – Vocês façam um concurso para abrir...

A.V. – O nome...

L.O. – Exatamente, porque donatário... Eu olho a capitania...

A.V. – Porque parceiro eu acho que fica assim... É meio...

L.O. – Está errado... Mas é que as capitânicas hereditárias ali...

A.V. – Mas então, eu lembro que quando eu fui selecionado ela me falou uma coisa que eu fiquei muito impressionado e que ela estava certa, que é o seguinte: “Você pode ser um cara que conhece muito de um assunto e faz as piores doações em relação aquele assunto”. Ou seja, não é exatamente o conhecimento do tema que vai fazer você um cara que faz doações inteligentes. Às vezes, o não conhecimento pode provocar uma doação inteligente. Uma porque não é uma física, aí eu acrescento, não é uma causa e efeito, não tem um controle e etc. A outra que você tem a modéstia de você: “Não, eu não conheço sobre aquilo”. Às vezes você conhecer o estado da arte, o quem é quem das instituições, complica ou facilita. Então, têm umas variáveis aí que eu concordo, que você tentar ser uma pessoa que pode estar orientando uma boa doação... Tem algumas qualidades que não tem a ver com o conhecimento específico de um tema. Eu posso saber tudo de Reforma Agrária e fazer doações péssimas em relação àquela área.

L.O. – Você pode ser um fantástico cirurgião e ser um fracasso como gestor do hospital, não é?

A.V. – É exatamente isso. Aí é melhor que fica mais claro ainda.

L.O. – E aquilo vai por água abaixo, mas como aquela pessoa dr. fulaninho... De alguma forma vocês têm um *know-how* fantástico.

A.V. – E a outra coisa é o seguinte, isso ocorre com algumas fundações ou agências de cooperação, às vezes a pessoa está tão envolvida naquele tema, que a pessoa tem uma posição tão fechada que aí também vira aquela coisa, vira uma extensão da posição da pessoa – o que não é uma coisa inteligente do ponto de vista institucional, não da pessoa, não é?

L.O. – Me diga uma coisa, nessa busca, nessa definição, nessa identificação de fronteiras científicas, pelo menos, é nisto que entra a história da cartografia? De que se trata a Cartografia? Várias coisas, eu vou falar tudo porque você vai... Um a história do mapeamento participativo, depois esse projeto *Nova Cartografia Social da Amazônia*...

A.V. – Ganhou um prêmio até agora. Pode entrar no site da Fundação que você vai ver.

L.O. – Falar um pouquinho sobre isso, o que foi e o que não foi. Sei que tem um artigo que a gente leu lá no *Le monde diplomatique* seu. Então, como é que entra esta história de cartografia?

A.V. – Esta história toda... Então, aí entra nisso que a gente estava falando anteriormente; o que você faz com dois, três milhões de dólares por ano em relação a um país como o do Brasil, a uma situação como a do Brasil em que você tem um Estado constituído com ações claras, um super orçamento e tudo isso, tem movimentos institucionalizados etc, etc. Qual é a história toda? Olhando para tudo isso e tendo em vista aquela ideia que o Brasil sim, o Brasil, “nunca antes nesse país”, pode provocar um modelo novo de acesso à terra e tudo isso muito bacana e que possa servir para o Brasil e para outros, não é? Eu acho que essa ideia de você ter uma legislação que é ao mesmo tempo, em relação à terra, redistributiva e multicultural é um luxo, é uma vantagem que é fantástica. Porque é redistributiva *mesmo* com instrumentos de Reforma Agrária, de desapropriação e tudo isso, e, ao mesmo tempo, é multicultural porque permite o acesso a terra a partir de afirmações identitárias. E ousar dizer que é o único país que tem [INAUDIVEL]... [riso] Falo rindo “único país” parece que estou repetindo o presidente, mas não é. [riso]

L.O. – [risos] Nunca na história desse país. Acho que foi você que formulou aquela...

A.V. – Isso é verdade por uma série de fatores. Funciona tudo bem? Não. Têm problemas de *enforcement*? Tem um monte, tem problema de tudo. Mas isso é verdade. Nesse ponto daí e aí olhando para Fundação Ford. Olhar para este quadro aqui do redistributivo, já existe um acúmulo imenso e até o próprio governo e tudo isso, andou muito mais eu acho. Não conseguiu fazer uma Reforma Agrária? Depende do que você está chamando exatamente de Reforma

Agrária. Mas se criaram assentamentos em noventa milhões de hectares. Então você tem algo andando e tudo mais. No outro lado, o que a gente estava olhando, uma: existiu um desenvolvimento grande em relação aos indígenas e aos direitos dos indígenas, principalmente na Amazônia. Então não é por acaso que você oficialmente tem demarcado vinte e dois por cento da Amazônia de terras indígenas. No início de 2004 era isso.

L.O. – Como dizia o ex-governador da Amazônia Gilberto Mestrinho: “É muita terra para tão pouco curumim”. [risos]

A.V. – Mas quem você vai citar nessa entrevista...

L.O. – [risos] Eu o ouvi falando isso.

A.V. – E ali ele estava sendo *light*.

L.O. – Isso a gente vai cortar da entrevista. [risos]

A.V. – Quando editar corta. Então você tem vinte e dois por cento e tal. Você tem também um número, seis ou oito por cento, de reservas extrativistas já demarcadas, não é? Olhando para essa história toda, aí eu comecei olhar: não, espera aí. Tem alguma coisa... Eu comecei a olhar é ótimo, não é? Depois de todas aquelas consultorias aqui que você leu, aí eu comecei a olhar: não, espera aí. Tem um nó aqui que é evidente que são esses quarenta ou cinquenta por cento de terras públicas devolutas, sem dono e etc, que estão ocupadas por comunidades ou por empreendimentos legais ou ilegais etc. Então esse é que é o assunto. Qual é o início do processo de uma afirmação de direito territorial? É você dar visibilidade a quem está demandando aquele direito, não é? Se é territorial, você dá visibilidade ao grupo e a demanda territorial. Então, tudo isso que tem a ver com mapa, com cartografia vem muito a partir dessa coisa. Agora, longe de mim, pessoa, ou nós, a Fundação, de dizer que isso foi uma invenção da Fundação Ford, não foi. É óbvio que não. Isso parte do acúmulo muito do Brasil e também de outros países, mas muito do Brasil, do que vinha sendo feito. E aí a Fundação Ford vai selecionar isso, vê isso como um lugar onde tinham poucos apoios e poucas coisas e faz algumas apostas de apoio em relação a grupos que vinham desenvolvendo isso com uma forma mais suave e aí isso ganha

um impulso grande mesmo. Então eu acho que vem um pouco nisso, que é coisa que o Alfredo Wagner desenvolvia desde 1985 coisas que eram mais pontuais e aí a gente: “Vamos apoiar isso de uma forma...” E aí, vamos dizer assim, tem um efeito muito rápido, não é? Tanto esse quanto outros projetos. Mas o do Alfredo eu acho que a grande inovação que ele trouxe é porque, vamos dizer assim, ele é aquele que apostou e que aposta mais no reconhecimento, na autoidentificação dos diferentes grupos em suas particularidades todas, sem pensar em limites para isso ou sem tentar dar um formato prévio a essas identidades ou as demandas. Falei de um modo complicado, por favor, editem depois. Sendo bem simples, é o seguinte: tem certos donatários da Fundação que nós apoiamos para projetos de mapeamento de terras indígenas. Quando você apóia um projeto, quando você tem um projeto de mapeamento de terras *indígenas*, você já leva naquele projeto, a reificação ou a substantivação do indígena, porque o projeto é para o indígena, não é isso? Então já tem na definição do projeto do mapeamento *o indígena*. O que é interessante do projeto do Alfredo? É que não tem isso.

L.O. – Do mapeamento participativo isso aqui?

A.V. – Do social. Ele chama de social, aí tem uma subcategoria, não é? Do mapeamento social é isso, é que você não parte de uma identidade prévia. Mas você parte da afirmação da identidade do próprio grupo. Então, o mapeamento parte da afirmação identitária do grupo. Por isso você vai ter um fascículo de quebradeira de coco, um outro de artesãos de não sei o que, você tem vários, não é? Então, você não tenta fazer uma adequação de uma identidade social ou cultural a uma política existente ou à uma legislação existente. Isso é uma coisa que o jogo político vai rolar depois. Então você tem que...

L.O. – Tem outra coisa para tirar da entrevista depois... Não pode esquecer de combinar com os russos... [risos]

A.V. – Não pode esquecer de combinar com os russos.

L.O. – Porque, vamos dizer assim, na hora que você está mapeando um determinado grupo, tudo bem, você vai partir do grupo. Só que do ponto de vista de mapeamento, você está falando de território, e território, vamos dizer assim, como geopolítica definido: aqui é o município do

prefeito tal, ali é município do seu fulaninho, aqui é o não sei o que lá do não de que, que necessariamente quase nunca combina com este outro mapeamento dos sociais, de grupos. Como é que faz isso?

A.V. – Aí a gente entraria em um debate sobre isto. Mas assim, para mim, no que a iniciativa apoiou é o seguinte: a iniciativa apoiou diversos tipos de mapeamento. Desde aquele que eu chamo do instrumental. Por exemplo, para você criar uma reserva extrativista hoje, você precisa ter um mapa. Então, desde esse mapa que é necessário para aquela comunidade entrar e entrar com uma demanda, que é instrumental. Aquele mapa ele tem que ser produzido a partir dos constrangimentos que a legislação proporciona, pede ou exige, não é? Então, você tem que produzir um mapa daquele tipo. A gente apóia isso, porque isso é importante para eles terem afirmados seus direitos. Agora, essa outra conversa que a gente está tendo, aí é um pouquinho mais ampla. Por quê? Porque são mapeamentos que sim, se relacionam à territorialidades, mas não necessariamente a territorialidades que geram uma demarcação de terras. Deixa eu dar o exemplo: Você pode ter o mapeamento, como tem, você vai ver, dos portos de Belém. Porque os portos de Belém são super importantes, públicos ou privados, para circulação de mercadorias das ilhas que são produzidas pelas comunidades tradicionais lá e etc. E a visão que esses grupos têm dos portos vai ser importantíssima no que está ocorrendo agora de reforma ou de privatização dos portos de Belém. Ou seja, aquilo não é uma demarcação de território no sentido... Mas é uma territorialidade que tem a ver com a circulação de mercadorias e tudo mais e aonde essa mercadoria vai de lá. Então isso é um tipo. Uma outra coisa é o seguinte, aí é o mapeamento que esse grupo faz, vamos dizer assim, que o projeto *Nova cartografia* faz, que é de um grupo que não tem uma identidade que é ou indígena ou quilombola, mas tem uma identidade, por exemplo, como um grupo de artesões e tudo isso, e que sim tem uma territorialidade que é super importante que é onde eles coletam as castanhas ou as sementes que eles usam como artesões ou tudo isso e que eles fizeram aquele mapeamento e tudo isso. Com aquele mapeamento, que foi feito a partir da identidade daquele grupo, como artesão que processa aquilo lá, eles podem utilizar aquilo e depois fazer uma demanda para demarcação, seja de uma reserva, de um quilombo, ou o que quer que seja. Mas o objeto do mapa não foi a demarcação, foi explicitar e dar visibilidade àquela coisa... E, enfim, a outra coisa que também acontece com esse projeto é que, vamos dizer assim, noventa e nove por cento dos mapas são produzidos em situação de conflito. Então os grupos estão afirmando as suas identidades em

relação a um conflito e que, em noventa e nove por cento dos casos, tem a ver com uso comum de recursos. Então essa ideia de *commons* também é muito forte. Então por isso que eu acho que ele é muito inovador em termos metodológicos e etc, e ele influencia vários outros e outros que a gente também apóia, mas que estão mais preocupados com instrumental. Esse não necessariamente, ele pode gerar... Mas os outros também são incríveis, têm vários outros projetos apoiados e que tem a ver... Mas voltando àquela questão inicial, tudo isso daí foi visto muito em função de olhar, vamos dizer assim, para garantia dos direitos desses grupos, dar visibilidade a eles e dar visibilidade as demandas deles em processo de mapeamento, isso é importante. Esse que foi o suposto e aí como um nicho. E que em processo de mapeamento, que o sujeito do mapeamento fossem ou sejam esses grupos e não o meio ambiente ou alguma outra coisa. Isso também ocorre muito.

H.A. – Eu acho interessante esse diálogo assim dessa região amazônica que para gente é tão isolada, parece outro país, para quem está do lado de cá. E as ONGs eu acho que do resto do país e as ONGs que surgem lá... A Denise deu um exemplo de uma ONG acho que está indo para o sul, por influência de vocês, para lá, para trabalhar com a parte de direitos humanos e tal.

A.V. – É.. Terra de Direitos.

H.A. – Como é que esse diálogo das ONGs do resto do país com... Porque eu acho que tem tanta coisa que as ONGs do resto do país podem aprender com essas experiências amazônicas e vice-versa, mas tem toda essa distância geográfica e simbólica, enfim. Como é que vocês vêem isso, vocês estão lidando com todos esses lados? Por que esse exemplo da cartografia é um que eu acho que poderia replicar em vários outros lugares do país, me parece não é? É uma experiência super bem sucedida.

A.V. – Sem dúvida. E vem sendo feito.

H.A. – Nesse caso não é ONG, é universidade, não é?

A.V. – Era isso que eu ia chamar atenção também. Tem uma coisa que é uma ideia que para nós, nesse caso, é muito importante que é o seguinte, é de fortalecer a infraestrutura local e quando a gente está falando de Amazônia a gente também está falando nisso. Com a ideia de que faz diferença sim, se você é uma pessoa que vive lá e está produzindo o conhecimento ou ações lá ou não, não é? Faz uma diferença. A gente acha que às vezes é parte das condições sociais dadas assim. Então, quando a gente pensa na Amazônia a gente pensa também nisso, a gente que fortalecer as instituições que estão baseadas lá e aí as universidades são muito importantes, eu diria até, ousaria dizer, mais importantes do que as ONGs e por quê? Porque as universidades, uma, que elas têm um componente público que, por definição, já está dado. Uma outra coisa que é um meio também de você fazer com que pesquisadores importantes, com que professores, estudantes e etc, fiquem lá e não só façam a pesquisa lá, não é? Uma outra coisa também, que você está gerando um conhecimento que você, o doador, não tem controle sobre ele e sobre tudo – o que eu acho ótimo, que é uma coisa vai estar se multiplicando de um modo e etc. E enfim, devido ao pouco orçamento que nós temos, é sempre muito mais interessante, do ponto de vista financeiro até, você apoiar um projeto que tem uma contrapartida também que está dada, não é? Então tem uma série de fatores, até do financeiro que são importantes. No caso das ONGs, a gente vê que as ONGs também têm um papel importantíssimo, mas também a gente procura fortalecer o que existe lá, das ONGs lá ou dos movimentos, não é? Porque também quando a gente fala ONG, a gente abre um pouco, não é? Porque no caso da Fundação a gente tem ONG, ONG ou um movimento social ou um sindicato? Tudo isso é parte também. E, eventualmente, também até um governo estadual ou municipal, que também a gente apóia. Agora, existem alguns casos, como esse que ela citou, que são casos bem específicos mesmo. O que é? É que a partir de uma demanda local lá, existe uma demanda para ver uma organização ou um grupo de fora, isso às vezes acontece, aí muito em função de uma dinâmica mais local. E, enfim, no caso da Amazônia o apoio que a gente dá também, e isso é algo que está dito aí, a gente acredita também que é muito importante apoiar organizações nacionais lá, até para se relacionarem melhor com as internacionais que atuam muito lá. E as universidades *idem*.

L.O. – Me diga uma coisa Aurélio, desse campo [riso] nos últimos sete anos sei lá quanto, vamos dizer assim, nós estamos pedindo para você indicar que projeto que foi apoiado que você acha que foi um bom exemplo de sucesso, da lógica de funcionamento, da montagem, que

a gente gostaria até de fazer uma entrevista também com alguém de um projeto desses, que isso seria um bom exemplo de toda essa experiência que você tentou nos passar. A gente aprendeu um pouquinho, possivelmente depois a gente vai, daqui uns anos, voltar a conversar, porque cada dia, cada entrevista, a gente fica com maior conhecimento das coisas e aí a entrevista é outra. Algumas questões só emergem depois, porque você já está em um... Mas aí pense o que que você.....

A.V. – São muitas opções, então a dificuldade é um pouco essa. Mas eu acho que nisso seria bem interessante ter, um: projeto *Novas Cartografias Sociais*.

H.A. – Essa não tem como não entrevistar..

A.V. – Uma outra é a FVPP que é a Fundação Viver Produzir e Preservar de Altamira. Outro que eu acho que é importante é Fase/Fundo Dema, esse também é interessante. Eu digo assim, porque é escolha de Sofia, não é? O pessoal da Federação de Quilombolas de Santarém é muito interessante. Ou a Malungu mesmo, estadual...

L.O. – Porque nós não temos a menor pretensão, vamos dizer assim, de fazer um reconhecimento completo, não é? Então vai ser um deles possíveis.

H.A. – De repente uma ONG e esse caso de universidade que eu acho que é muito simbólico, importante, não é? ONG ou enfim Federação...

L.O – Federação Quilombola de...?

A.V – Santarém...

L.O – Está escrito.. Isso seria alguma coisa talvez por esta experiência que a gente está fazendo aqui... Acho que a gente pode até finalizar, depois eu falo... Mais alguma coisa que você gostaria de...

A.V. – Não.

[FIM DO DEPOIMENTO]